

# Investimento Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa e Porto

Relatório Anual de Acompanhamento 2023

## Índice

1. Âmbito e estrutura geral .....	5
2. Apresentação do investimento re-c03-i06: operações integradas em comunidades desfavorecidas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto .....	7
3. Apresentação dos subinvestimentos .....	9
3.1. Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa .....	9
3.1.1. Contexto e objetivos .....	9
3.1.2. Territorialização da intervenção .....	10
3.1.3. Alinhamento estratégico do subinvestimento com o PRR .....	13
3.1.4. Indicadores de desempenho .....	18
3.2. Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto .....	22
3.2.1. Contexto e objetivos .....	22
3.2.2. Estruturação da abordagem .....	23
3.2.3. Territorialização da intervenção .....	28
3.2.4. Alinhamento estratégico do subinvestimento com o PRR .....	30
3.2.5. Indicadores de desempenho .....	33
4. Análise da implementação dos subinvestimentos .....	39
4.1. Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa .....	39
4.1.1. Implementação do subinvestimento por eixo de intervenção .....	39
4.1.2. Implementação do subinvestimento por Intervenção Territorial .....	55
4.1.3. Implementação do investimento por objetivos PRR .....	62
4.2. Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto .....	64
4.2.1. Implementação do investimento por Intervenção Territorial .....	64
5. Constrangimentos e medidas adotadas .....	70
5.1. Constrangimentos enfrentados durante a execução .....	70
5.2. Medidas e soluções adotadas .....	71
6. Medidas de divulgação e comunicação .....	73
6.1. Plano de comunicação .....	73
6.2. Ações implementadas .....	73
7. Avaliação e monitorização .....	75
7.1. Avaliação .....	75
7.2. Monitorização .....	75
8. Controlo .....	77
9. Próximos passos .....	79

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Faseamento da implementação do subinvestimento .....	10
Figura 2 – Espacialização das intervenções territoriais na Área Metropolitana de Lisboa.....	11
Figura 3 – Operações Integradas Locais e Comunidades Desfavorecidas Prioritárias.....	12
Figura 4 – Metodologia do Eixo 1. Intervenções Territoriais, AMP .....	24
Figura 5 – Metodologia do Eixo 1. Intervenções Territoriais, fase 1, AMP .....	24
Figura 6 – Metodologia do Eixo 1. Intervenções Territoriais, fase 2, AMP .....	25
Figura 7 – Eixo 2. Inovação social .....	26
Figura 8 – Programa de webinars na AMP .....	27
Figura 9 – Espacialização das intervenções territoriais na Área Metropolitana do Porto .....	29
Figura 10 – Estratégia delineada no Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da AMP .....	30

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Alinhamento estratégico das medidas do PMACD-AML e os objetivos do PRR (Investimento RE-C03-i06) .....	14
Quadro 2 – Indicadores de desempenho do Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa .....	18
Quadro 3 – Alinhamento estratégico dos objetivos estratégicos e linhas de Ação do PACD AMP e os objetivos do PRR (Investimento RE-C03-i06) .....	32
Quadro 4 – Indicadores de desempenho do Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto .....	35
Quadro 5 – Quadro de desempenho, indicadores de realização e de resultado, em 31 de dezembro de 2023 .....	36
Quadro 6 – Financiamento aprovado pela natureza dos projetos, em 31.12.2023.....	39
Quadro 7 – Financiamento aprovado por eixo de intervenção, segundo Intervenção Territorial, em 31.12.2023.....	40
Quadro 8 – Financiamento e projetos aprovados por eixo de intervenção e medida, em 31.12.2023.....	41
Quadro 9 – Financiamento aprovado por objetivo PRR, em 31.12.2023.....	44
Quadro 10 – Execução do Eixo “ambiente valorização do espaço público”, em 31.12.2023 (indicadores de realização).....	44
Quadro 11 – Execução do Eixo “ambiente valorização do espaço público”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado).....	45
Quadro 12 – Execução do Eixo “cultura e criatividade”, em 31.12.2023 (indicadores de realização) .....	46
Quadro 13 – Execução do Eixo “cultura e criatividade”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado) .....	47
Quadro 14 – Execução do Eixo “Educação”, em 31.12.2023 (indicadores de realização) .....	48
Quadro 15 – Execução do Eixo “Educação”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado) .....	48
Quadro 16 – Execução do Eixo “cidadania e empoderamento das comunidades”, em 31.12.2023 (indicadores de realização).....	49
Quadro 17 – Execução do Eixo “Cidadania e Empoderamento das Comunidades”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado).....	50
Quadro 18 – Execução do Eixo “emprego de economia local”, em 31.12.2023 (indicadores de realização) .....	50
Quadro 19 – Execução do Eixo “Emprego de Economia Local”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado) .....	51
Quadro 20 – Execução do Eixo “saúde”, em 31.12.2023 (indicadores de realização) .....	52
Quadro 21 – Execução do Eixo “saúde”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado) .....	53

a. . .

. . m. área  
. l. . metropolitana  
de lisboa



Quadro 22 – Execução do Eixo “social”, em 31.12.2023 (indicadores de realização).....	53
Quadro 23 – Execução do Eixo “social”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado).....	54
Quadro 24 – Execução financeira por Intervenção Territorial, em 31.12.2023 .....	55
Quadro 25 – Indicadores de resultado por Intervenção Territorial, em 31.12.2023.....	56
Quadro 26 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Grande Lisboa Área Central .....	57
Quadro 27 – Execução da Intervenção Territorial Grande Lisboa Central (Indicador de resultado) .....	57
Quadro 28 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Grande Lisboa Poente.....	58
Quadro 29 – Execução Intervenção Territorial Grande Lisboa Poente (Indicador de resultado).....	58
Quadro 30 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Arco Ribeirinho Sul Poente .....	59
Quadro 31 – Execução da Intervenção Territorial Arco Ribeirinho Sul Poente (Indicador de resultado) .....	59
Quadro 32 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Arco Ribeirinho Sul Nascente.....	59
Quadro 33 – Execução da Intervenção Territorial Arco Ribeirinho Sul Nascente (Indicador de resultado) .....	60
Quadro 34 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Península de Setúbal Sul .....	60
Quadro 35 – Execução da Intervenção Territorial Península de Setúbal Sul (Indicador de resultado) .....	60
Quadro 36 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Grande Lisboa Norte e Nascente.....	61
Quadro 37 – Execução da Intervenção Territorial Intervenção Territorial Grande Lisboa Norte e Nascente (Indicador de resultado).....	61
Quadro 38 – Financiamento aprovado, por objetivo PRR, em 31.12.2023.....	62
Quadro 39 – Indicadores de resultado, por objetivo PRR, em 31.12.2023.....	63
Quadro 40 – Execução financeira por Intervenção Territorial, em 31.12.2023 .....	64
Quadro 41 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Centro Oriental ...	65
Quadro 42 – Execução financeira da Intervenção Territorial AMP Centro Oriental.....	65
Quadro 43 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Centro Sul .....	65
Quadro 44 – Execução financeira na Intervenção Territorial AMP Centro Sul .....	66
Quadro 45 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Interior Norte .....	66
Quadro 46 – Execução financeira na Intervenção Territorial AMP Interior Norte .....	66
Quadro 47 - Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Litoral Norte .....	67
Quadro 48 – Execução financeira na Intervenção Territorial AMP Litoral Norte .....	67
Quadro 49 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Oriental .....	67
Quadro 50 – Execução financeira na Intervenção Territorial AMP Oriental .....	68
Quadro 51 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Sul .....	68
Quadro 52 – Execução financeira na Intervenção Territorial AMP Sul .....	69

## ACRÓNIMOS

AAC	Aviso de Abertura de Concurso
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMP	Área Metropolitana do Porto
BF	Beneficiários Finais
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CID	Decisão de Execução do Conselho
COVID-19	Doença por coronavírus 2019
EMRP	Estrutura de Missão Recuperar Portugal
ENCP	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030
EU	<i>European Union</i> /União Europeia
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
m <sup>2</sup>	Metros quadrados
MRR	Mecanismo de Recuperação e Resiliência
n.º	Número
OI	Operações Individuais
OIL	Operações Integradas Locais
ONG	Organizações Não Governamentais
PACD	Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas
PAOITI	Plano de Ação das Operações Integradas dos Territórios de Intervenção
PMACD-AML	Plano Metropolitano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
SGCI	Sistema de Gestão e Controlo Interno
UF	União de Freguesia
UTCA	Unidades técnicas metropolitanas – Capacitação
UTG	Unidades técnicas metropolitanas – Gestão
UTL	Unidades Técnica Locais
%	Percentagem

## 1. Âmbito e estrutura geral

O presente Relatório de Acompanhamento cumpre as obrigações respeitantes ao Marco 3.25 do investimento em Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (RE-C03.i06), que prevê a *"Publicação de um relatório de acompanhamento pelas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa relativo às medidas tomadas em cada um dos 12 domínios de intervenção"*.

Nos termos do Regulamento (EU) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), que permitiu que cada Estado-Membro planeasse um conjunto de reformas e de investimentos emergentes para atenuar o impacto económico da crise provocada pela doença COVID-19, Portugal definiu o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) destinado a acelerar a recuperação económica e social e a promover uma transformação resiliente e justa, colocando o país no caminho da dupla transição, verde e digital.

O PRR está organizado em três dimensões estratégicas (Resiliência, Transição Climática e Transição Digital), que agrupam 20 componentes, 83 investimentos e promovem 37 reformas. No âmbito na Componente C3 – Respostas Sociais, tendo em vista a concretização da reforma RE-r07 Contratualização de Programas Integrados de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas, foi determinada a realização do Investimento RE-C03.i06 – *"Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto"*.

Estas operações têm como finalidade última combater a pobreza e a exclusão social nos concelhos mais desfavorecidos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, através de um conjunto de ações-piloto integradas a desenvolver na sequência de uma avaliação e identificação de necessidades específicas de cada comunidade local.

O presente documento apresenta a abordagem estratégica adotada pela Área Metropolitana de Lisboa (AML) e pela Área Metropolitana do Porto (AMP) na operacionalização do investimento, evidenciando a sua coerência com os objetivos consagrados no Anexo Revisto da Decisão de Execução do Conselho (CID).

É propósito deste relatório descrever a situação da execução do investimento, percorrendo a evolução realizada na aplicação das medidas financiadas pelo Investimento em cada domínio de intervenção, incluindo a execução orçamental e o desempenho dos indicadores escolhidos para cada medida.

Considerando as especificidades de cada território metropolitano, foram adotadas estratégias distintas para a operacionalização dos subinvestimentos a cargo de cada uma das Áreas Metropolitanas e, por isso, nos capítulos três e quatro, que respeitam à implementação territorial, a apresentação é desdobrada por subinvestimento.

Além da presente introdução, o relatório inclui sete capítulos, começando com a apresentação do investimento, que justifica e descreve cada uma das intervenções metropolitanas e o investimento em termos de estratégia, planeamento, de financiamento, de objetivos, ações, indicadores e resultados.

Percorre, ainda, as diferentes fases do processo de implementação levadas a efeito à escala metropolitana bem como na dimensão da sua territorialização, através da ação das Unidades Técnica Locais (UTL) / Operações Integradas Locais (OIL), consoante a Área Metropolitana, nos respetivos territórios de intervenção.

No caso da Área Metropolitana de Lisboa, no capítulo 4 descrevem-se as intervenções na ótica da implementação do investimento: por eixo/medidas, por objetivos PRR e por UTL / OIL.

No caso da Área Metropolitana do Porto, relativamente às seis Operações Integradas para os Territórios de Intervenção, cuja operacionalização está a cargo das UTL, o documento fixa o quadro de desempenho e evidencia as metas contratadas para cada um dos indicadores dos projetos em execução.

Não obstante, objetivamente, a execução das intervenções ter, na maior parte dos casos, uma duração inferior a um ano, são apresentados os dados da execução financeira registados a 31 de dezembro de 2023.

São descritas as medidas de divulgação e comunicação do investimento, incluindo a apresentação do seu Plano de Comunicação e das ações de comunicação e divulgação já realizadas por cada uma das Áreas Metropolitanas.

O capítulo seguinte aborda os processos e as ações de avaliação e de monitorização do investimento, descrevendo o que foi realizado a este nível e o ponto da situação.

O documento identifica os constrangimentos sentidos durante a execução a par das medidas e esforços encetados para os enfrentar e resolver, bem como as medidas de comunicação adotadas.

Por fim, o último capítulo descreve aqueles que deverão ser os próximos passos a tomar na implementação do Investimento bem como os desafios que estes comportam.

## 2. Apresentação do investimento re-c03-i06: operações integradas em comunidades desfavorecidas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto<sup>1</sup>

O Investimento RE-C03.i06 – “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto”, tem como objetivo combater a pobreza e a exclusão social nos concelhos mais desfavorecidos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, através de um conjunto de ações-piloto integradas a desenvolver na sequência de uma avaliação e identificação de necessidades específicas de cada comunidade local que em resultado da sua avaliação final poderão vir a ser expandidas e replicadas.

Este Investimento é composto por um conjunto de ações ligadas a necessidades específicas das comunidades desfavorecidas localizadas nos concelhos metropolitanos. Essas ações incluem a capacitação das comunidades, o desenvolvimento de abordagens novas e inovadoras para a coesão social e intervenções no espaço público, infraestruturas sociais e desportivas e habitações.

Os principais objetivos destas ações são os seguintes:

1. a promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades, mediante o apoio a projetos apresentados por associações de autoridades locais, ONG, movimentos cívicos e organizações de moradores, autoridades de saúde ou outros organismos públicos;
2. a requalificação física do espaço público ou de infraestruturas sociais, de saúde, de habitação ou desportivas;
3. a regeneração das áreas socialmente desfavorecidas, promovendo a coesão social nas áreas metropolitanas;
4. o incentivo ao empreendedorismo de pequenos negócios de base local;
5. a melhoria do acesso à saúde e o combate às dependências;
6. o desenvolvimento de programas de envelhecimento ativo e saudável;
7. a conceção de projetos de combate ao insucesso e abandono escolares;
8. a aposta na qualificação de adultos e na certificação das suas competências;
9. a elaboração de um diagnóstico das necessidades das populações e o desenvolvimento de programas de literacia de adultos, de aprendizagem da língua portuguesa e de inclusão digital;
10. a formação profissional e políticas de promoção da empregabilidade ajustadas às realidades e dinâmicas locais;

---

<sup>1</sup> Anexo revisto da Decisão de Execução do Conselho relativa à aprovação da avaliação do Plano de recuperação e resiliência de Portugal



11. o acesso à cultura e a criatividade e valorização da interculturalidade;
12. o incentivo à participação das comunidades na gestão do próprio programa;
13. a capacitação dos atores locais em redes de parceria;
14. soluções de combate à pobreza e exclusão social;
15. a promoção do desporto enquanto um dos instrumentos sociais agregadores dos membros da comunidade, que promove valores e combate as desigualdades sociais;
16. a cidadania e o acesso aos direitos e à participação cívica.

A execução do investimento estará concluída até 31 de dezembro de 2025.

## 3. Apresentação dos subinvestimentos

### 3.1. Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa

#### 3.1.1. Contexto e objetivos

Em 2021, a Área Metropolitana de Lisboa apresentava uma taxa de risco de pobreza de 16,9% e uma taxa de privação material e social severa de 5,3%, concentrando cerca de 27% dos beneficiários nacionais do Rendimento Social de Inserção. Este contexto social negativo resulta, entre outros fatores, da insuficiente capacidade de resposta e da desarticulação vertical e horizontal das políticas sociais, de educação, saúde, habitação, emprego, inclusão e valorização da diversidade, tornando-as incapazes de responder a um problema que se caracteriza pela complexidade e intergeracionalidade.

Este quadro social não refletia ainda os profundíssimos impactes gerados pela pandemia de COVID 19, que foram especialmente diferenciados em termos sociais e espaciais.

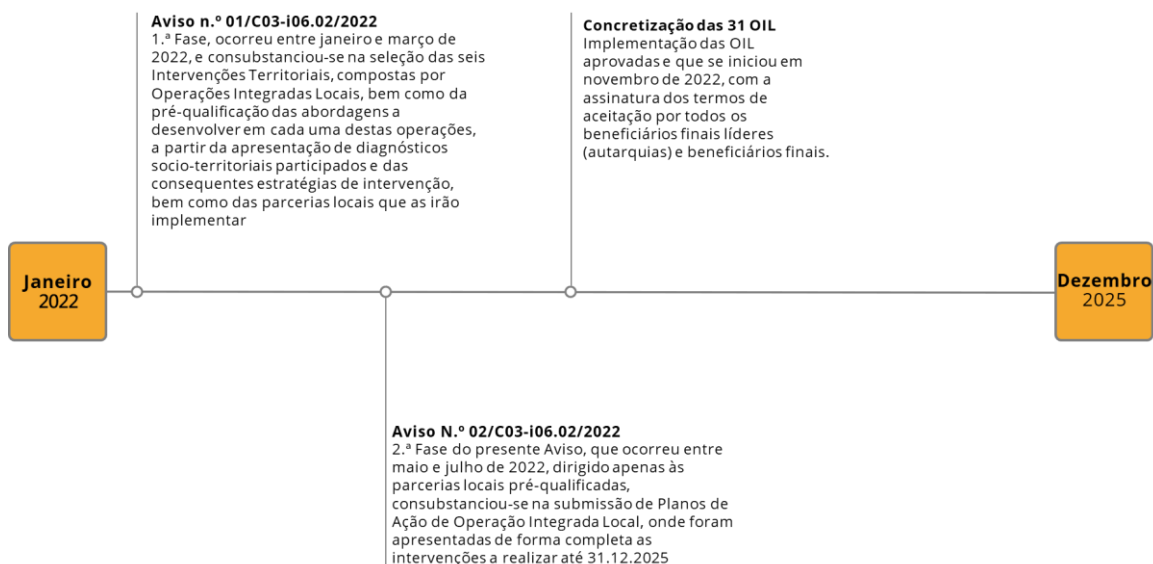
Acresce que em resultado do insuficiente planeamento urbanístico, numa etapa inicial do processo de metropolização, e da ausência de controlo das dinâmicas fundiárias e imobiliárias, a exclusão social assume na Área Metropolitana de Lisboa uma inequívoca expressão territorial, geradora de comunidades marginalizadas, onde coexistem de forma complexa e imbricada problemas de natureza urbanística, habitacional, social, económica e de acesso a bens e serviços públicos.

O Plano Metropolitano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa (PMACD-AML), elaborado pela AML e aprovado pelo Governo em dezembro de 2021, constitui-se como uma resposta mitigadora dos fatores de exclusão e empoderadora das comunidades, procurando desencadear, em articulação com outras políticas sectoriais de âmbito nacional e municipal, intervenções integradas de âmbito local, lideradas pelas autarquias com a participação dos atores sociais, económicos e comunitários.

A operacionalização de uma intervenção desta natureza, que visa superar as insuficiências detetadas em anteriores experiências de resposta territorial à pobreza e à exclusão, em coerência com a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 (ENCP), exige um processo de implementação robustamente planeado que mobilize a globalidade dos atores locais, tanto nas fases de diagnóstico, como na definição de estratégias e das ações mais adequadas e impactantes, bem como na sua concretização.

Neste âmbito, a operacionalização do subinvestimento RE-C03-i06.02 – Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa está a ser concretizada através de três fases distintas (Figura 1).

Figura 1 – Faseamento da implementação do subinvestimento



Fonte: AML (2024)

Este investimento é composto por um conjunto de ações ligadas a necessidades específicas de cada uma das 31 comunidades. Essas ações incluirão a capacitação das comunidades, o desenvolvimento de abordagens inovadoras para a coesão social e intervenções no espaço público e infraestruturas sociais, culturais e desportivas.

### 3.1.2. Territorialização da intervenção

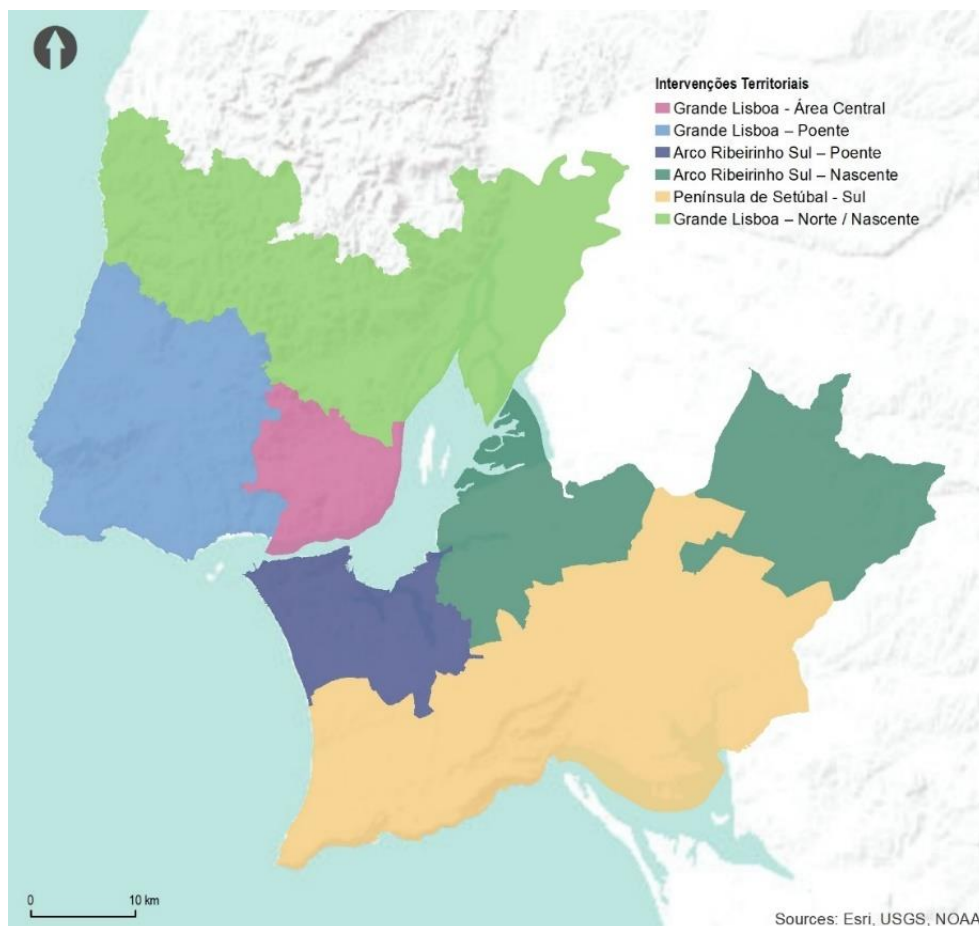
O PMACD-AML está a ser operacionalizado através de seis Intervenções territoriais com uma incidência sub-regional, implementadas por Unidades Técnicas Locais (compostas por três autarquias), após assinatura de contrato com a AML (Figura 2).

- Intervenção territorial Grande Lisboa Área Central, composta pelas autarquias de Lisboa (líder), Amadora e Odivelas;
- Intervenção territorial Grande Lisboa Poente, composta pelas autarquias de Sintra (líder), Cascais e Oeiras;
- Intervenção territorial Arco Ribeirinho Sul – Poente, composta pelas autarquias do Barreiro (líder), Almada e Seixal;
- Intervenção territorial Arco Ribeirinho Sul – Nascente, composta pelas autarquias de Alcochete (líder), Moita e Montijo;
- Intervenção territorial Grande Lisboa Norte e Nascente, composta pelas autarquias de Loures (líder), Mafra e Vila Franca de Xira;
- Unidade Técnica Local – Península de Setúbal Sul, composta pelas autarquias de Setúbal (líder), Palmela e o Sesimbra.

A adoção desta escala territorial de atuação resulta desde logo do acordo celebrado entre Portugal e a Comissão Europeia relativamente ao número de intervenções previstas para a AML, designadamente seis, mas também do padrão pulverizado da vulnerabilidade socio-territorial na Área Metropolitana de Lisboa e da necessidade de abranger um número de beneficiários finais significativo que potencie a eficiência e a eficácia dos investimentos, mormente de âmbito imaterial.

Acresce que o reforço da cooperação intermunicipal no combate à pobreza e à exclusão em contexto metropolitano se assume como decisivo para que o Plano cumpra os seus objetivos de capacitação técnica e institucional de forma que a intervenção financiada pelo PRR constitua um marco na forma de conceber e implementar intervenções de desenvolvimento socio-territorial em Portugal.

**Figura 2 – Espacialização das intervenções territoriais na Área Metropolitana de Lisboa**



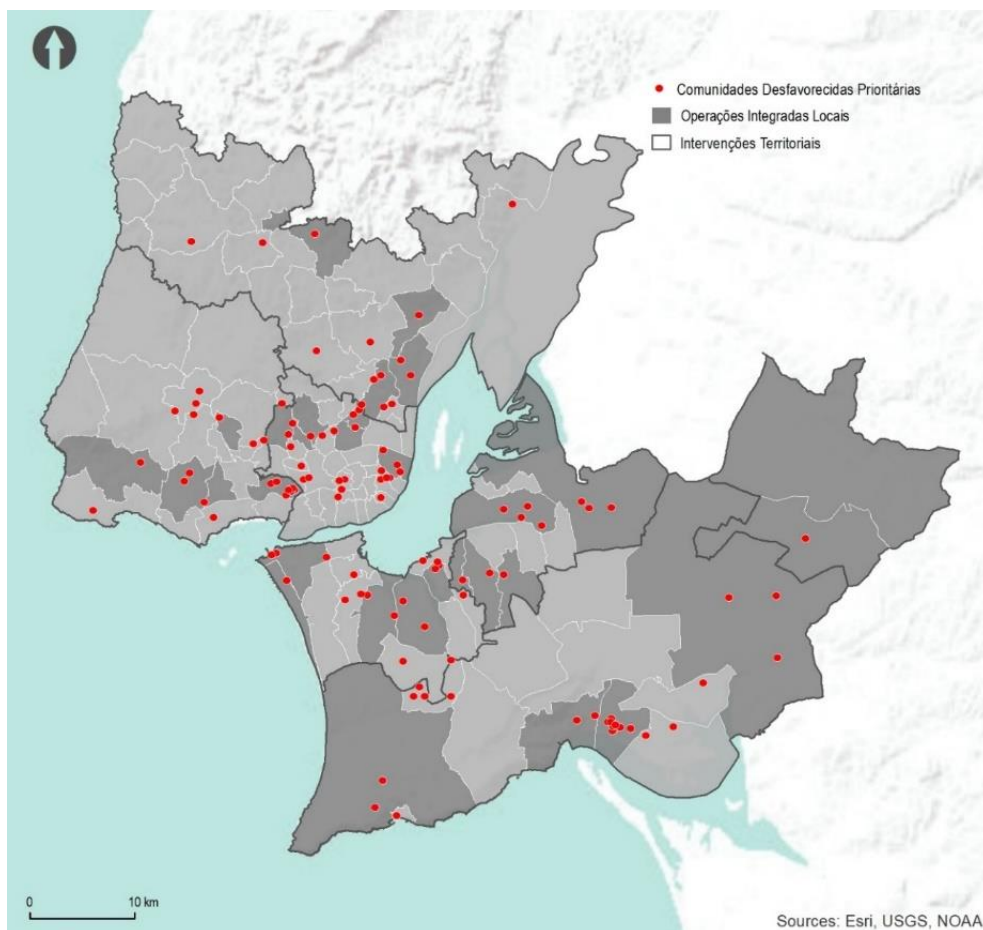
Fonte: AML (2022)

A vulnerabilidade socio-territorial na Área Metropolitana de Lisboa, que assume a sua expressão máxima em comunidades desfavorecidas, apresenta diversas realidades que resultam das diferentes fases do processo de urbanização, sendo possível identificar semelhanças de perfis demográficos, culturais, sociais e urbanísticos à escala sub-regional.

Neste contexto, as Intervenções Territoriais foram espacialmente definidas tendo por base a existência de problemas e vulnerabilidades comuns a comunidades desfavorecidas que se localizam em vários concelhos contíguos, favorecendo-se o estabelecimento de sinergias operacionais e a aprendizagem entre atores e entre comunidades. Pretende-se com esta abordagem promover a cooperação, a capacitação técnica e institucional e a disseminação de boas práticas de inovação e desenvolvimento socio-territorial.

Cada Intervenção Territorial é composta por Operações Integradas Locais, territorialmente limitadas a uma única freguesia e abrangendo uma ou mais comunidades desfavorecidas (Figura 3).

**Figura 3 – Operações Integradas Locais e Comunidades Desfavorecidas Prioritárias**



Fonte: AML (2022)

Estas operações integradas serão concretizadas à escala da freguesia, ou excecionalmente agregando duas freguesias quando existam comunidades desfavorecidas territorialmente contíguas, respondendo-se ao padrão pulverizado da vulnerabilidade socio-territorial, caracterizado por um amplo número de comunidades, com pequena e média dimensão, em situação de exclusão social.

Esta escala de resposta permitirá dispor de massa crítica, nomeadamente em projetos nos domínios da empregabilidade e formação, e desenhar intervenções que promovam a inserção das comunidades no seu contexto envolvente, contrariando a estigmatização e a conflituosidade social.

Foram considerados como territórios elegíveis para a concretização de Operações Integradas Locais as freguesias onde se localizam as comunidades desfavorecidas identificadas pelas Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, no levantamento das situações de exclusão socio-territorial realizado no segundo trimestre de 2021.

O mapeamento destas comunidades resultou da aplicação de um conjunto de critérios de exclusão social e económica, nomeadamente da identificação das comunidades onde ocorre com maior expressão, um amplo conjunto de vulnerabilidades sociais, tais como:

- condições de habitabilidade deficientes ou precárias;
- situações de desemprego, baixos rendimentos e pobreza material;
- problemas de acesso à saúde, desporto, educação e cultura;
- problemas de abandono e insucesso escolar;
- problemas de cidadania e acesso a direitos;
- Problemas de envelhecimento ativo e saudável.

A multidimensionalidade dos problemas que estas comunidades enfrentam implica a conjugação de diferentes ações, pelo que as candidaturas aprovadas apresentam respostas integradas e articuladas com outros instrumentos de política e com outras intervenções territoriais, articulando investimentos físicos materiais e ações imateriais.

### 3.1.3. Alinhamento estratégico do subinvestimento com o PRR

As medidas/ações elegíveis que poderão ser realizadas no âmbito das Operações Integradas Locais estão alinhadas com os objetivos anteriormente descrito. Nos quadros seguintes evidenciam-se estas relações de coerência estratégica e nos pontos seguintes deste documento apresenta-se para cada OIL e as várias medidas/ações que irão ser empreendidas pelas Unidades Técnicas Locais, segundo os eixos estratégicos de atuação.

O eixo “ambiente e valorização do espaço público” abrange medidas referentes às intervenções nos espaços urbanos que estejam sob o domínio público, bem como as ações de educação ambiental e de promoção da economia circular. Estas iniciativas são essenciais para a revitalização dos espaços públicos, tornando-os mais acessíveis, agradáveis e sustentáveis. A requalificação desses espaços urbanos não apenas melhora a qualidade de vida dos cidadãos, mas também contribui para a preservação ambiental e o uso eficiente dos recursos. Estas medidas estão alinhadas com os objetivos 1, 2 e 3 definidos pelo PRR para este Investimento (Quadro 1).

**Quadro 1 – Alinhamento estratégico das medidas do PMACD-AML e os objetivos do PRR (Investimento RE-C03-i06)**

Eixos / Medidas		Objetivos PRR															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
<b>Eixo ambiente e valorização do espaço público</b>																	
a	Intervenções de qualificação do espaço público ou espaços comuns de edifícios residenciais		●	●													
b	Intervenção de requalificação/substituição de redes de água, saneamento, eletricidade/iluminação pública, assim como, outras infraestruturas/instalações/equipamentos que se verifiquem necessárias ao pleno funcionamento da área de intervenção		●	●													
c	Intervenções de melhoria do ambiente urbano		●	●													
d	Ações de educação ambiental	●															
e	Intervenções de promoção da mobilidade suave		●														
f	Iniciativas de promoção da economia circular	●															
g	Intervenções de promoção da melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada		●														
<b>Eixo cultura e criatividade</b>																	
a	Diagnósticos de reconhecimento e validação dos talentos culturais, artístico e criação de programas de dinamização cultural e artística para jovens																●
b	Ações de promoção de criatividade																●
c	Ações de dinamização de práticas artísticas e culturais em particular, iniciativas que permitam o envolvimento direto em experiências artísticas/culturais, não exclusivamente como espetadores, mas como participantes ativos na criação ou coprodução																●
d	Ações de intermediação que favorecem o desenvolvimento de atitudes e capacidades de aprendizagem, com vista à aquisição de competências básicas, pessoais e sociais, recorrendo designadamente à inclusão de conteúdos e ou práticas artísticas e culturais																●
e	Projetos inovadores que aumentam a coesão social e os sentimentos de pertença à comunidade através de participação cultural e artística																● ●
f	Projetos que concorram para a melhoria do acesso à cultura e à arte, nomeadamente através da supressão de obstáculos ao nível da comunicação e da programação em espaços, equipamentos e eventos culturais																● ●
g	Projetos que tenham como objetivo promover a elaboração e a divulgação de conteúdos culturais digitais acessíveis a pessoas com deficiências e incapacidades e ou a grupos excluídos ou socialmente desfavorecidos																●
h	Instalação ou requalificação de equipamentos culturais		●														
<b>Eixo educação</b>																	

Eixos / Medidas		Objetivos PRR															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
a	Projetos de combate ao insucesso e abandono escolares com envolvimento das comunidades educativas							•						•	•		
b	Ações de capacitação de escolas e dos seus profissionais							•									
c	Ações de promoção do sucesso educativo e da recuperação de aprendizagens							•									
d	Instalação ou requalificação de equipamentos educativos (ensino básico e pré-escolar)		•					•									
<b>Eixo cidadania e empoderamento de comunidades</b>																	
a	Apoio aos cidadãos na identificação e na resolução de situações em matéria de nacionalidade, de regularização de documentação e de acesso a serviços públicos															•	•
b	Ações de capacitação de organizações locais e grupos formais ou informais de cidadãos								•						•		•
c	Apoio à elaboração de diagnóstico das necessidades e desenvolvimento de programas de literacia de adultos, de aprendizagem da língua portuguesa e de inclusão digital							•	•	•					•		
d	Ações de reforço dos mecanismos de promoção da cidadania ativa e acesso aos direitos e à participação cívica								•						•		•
e	Estabelecimento de redes de parceria – incluindo organismos da administração central e local, associações e empresas													•	•		
f	Ações de sensibilização, promoção e intermediação, bem como outras ações complementares de divulgação e implementação de projetos, de forma a habilitá-las para o exercício de uma cidadania ativa, que valorize designadamente a participação cívica, a fruição cultural e patrimonial e a responsabilidade social													•		•	•
g	Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência																•
<b>Eixo emprego e economia local</b>																	
a	Capacitação e criação de emprego local				•						•						
b	Promoção da integração em ações de formação profissional que permitam a certificação dos formandos								•								
c	Criação de sistemas experimentais de produção, aquisição e troca de bens e serviços essenciais, designadamente caixas solidárias, moedas locais, bolsas de produtores locais															•	
d	Recuperação de edifícios antigos ou criação de novos				•				•		•				•		
e	Apoio e alavancagem de novas formas de cooperativismo				•												
f	Apoio à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e com necessidades especiais								•		•						
g	Apoio à criação de redes entre atores públicos e privados que visem aumentar oportunidades formativas, de capacitação e de acesso ao mercado de trabalho das pessoas em situação de								•		•				•		



Eixos / Medidas		Objetivos PRR															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
	vulnerabilidade (por exemplo, Redes de Empregabilidade)																
h	Criação de espaços de incubação de atividades empreendedoras locais				●												
i	Ações que visem o <i>upskilling</i> e <i>reskilling</i> de jovens e ativos, especialmente orientadas para adaptação à transição digital				●				●	●							
<b>Eixo saúde</b>																	
a	Intervenções de promoção da saúde e de prevenção de doenças	●				●											
b	Proteção da saúde e promoção de estilos de vida saudáveis	●				●											
c	Ações de resposta às necessidades locais, em articulação com o Plano Local de Saúde	●				●											
d	Ações de promoção da saúde comunitária e combate às dependências	●				●											
e	Ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável	●				●	●										
f	Ações de promoção da literacia em saúde dirigidas a não nacionais bem como a capacitação dos serviços e dos profissionais de saúde para lidar com a diversidade	●				●											
g	Instalação ou requalificação de equipamentos de saúde	●	●			●											
h	Criação de equipas de saúde mental comunitárias	●				●											
<b>Eixo social</b>																	
a	Intervenções de promoção da coesão social, de desenvolvimento de competências pessoais e sociais e cidadania								●				●		●		●
b	Iniciativas culturais, desportivas ou de relevância comunitária												●			●	●
c	Criação de redes solidárias de vizinhança e organizações de moradores, com sinalização e apoio nas necessidades mais imediatas e relevantes, tais como redes informais de apoio a pessoas dependentes, ou a seniores, organização de atividades de ocupação de tempos livres, ações de combate ao isolamento dos mais velhos e de prevenção da saúde mental						●						●	●	●		
d	Intervenções dirigidas a crianças, jovens e adultos com necessidades especiais	●													●		
e	Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência																●
f	Iniciativas de prevenção e combate à exclusão social, isolamento ou abandono						●								●		
g	Ações de promoção da inovação e empreendedorismo social				●										●		
h	Dinamização de equipamentos desportivos e respostas sociais						●									●	
i	Instalação ou requalificação de equipamentos desportivos e sociais	●	●													●	

Eixos / Medidas	Objetivos PRR																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	
j Intervenções dirigidas às famílias com filhos, facilitadoras da conciliação da vida pessoal com a vida profissional e desenvolvimento de competências parentais																	●

Fonte: AML (2022)

Legenda

1. promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades, mediante o apoio a projetos apresentados por associações de autoridades locais, ONG, movimentos cívicos e organizações de moradores, autoridades de saúde ou outros organismos públicos; 2. a requalificação física do espaço público ou de infraestruturas sociais, de saúde, de habitação ou desportivas; 3. a regeneração das áreas socialmente desfavorecidas, promovendo a coesão social nas áreas metropolitanas; 4. o incentivo ao empreendedorismo de pequenos negócios de base local; 5. a melhoria do acesso à saúde e o combate às dependências; 6. o desenvolvimento de programas de envelhecimento ativo e saudável; 7. a conceção de projetos de combate ao insucesso e abandono escolares; 8. a aposta na qualificação de adultos e na certificação das suas competências; 9. a elaboração de um diagnóstico das necessidades das populações e o desenvolvimento de programas de literacia de adultos, de aprendizagem da língua portuguesa e de inclusão digital; 10. a formação profissional e políticas de promoção da empregabilidade ajustadas às realidades e dinâmicas locais; 11. o acesso à cultura e a criatividade e valorização da interculturalidade; 12. o incentivo à participação das comunidades na gestão do próprio programa; 13. a capacitação dos atores locais em redes de parceria; 14. soluções de combate à pobreza e exclusão social; 15. a promoção do desporto enquanto um dos instrumentos sociais agregadores dos membros da comunidade, que promove valores e combate as desigualdades sociais; 16. a cidadania e o acesso aos direitos e à participação cívica.

O eixo “cultura e criatividade” contempla medidas que promovem e incentivam a realização e consolidação de práticas culturais e artísticas. Essas iniciativas visam proporcionar acesso à cultura e às artes, especialmente para a população desfavorecida, fomentando a criatividade e a expressão artística. O desenvolvimento de competências relacionadas com a criatividade é crucial para a inclusão social e para a promoção de um ambiente cultural vibrante e diversificado. Estas medidas estão alinhadas com o objetivo 11 do PRR para este Investimento.

As iniciativas culturais a realizar podem incluir a realização de workshops, oficinas, eventos e festivais que celebrem a diversidade cultural e promovam a participação ativa da comunidade. Além disso, o apoio a artistas locais e a criação de espaços dedicados à arte e à cultura são fundamentais para o fortalecimento do setor cultural. Essas ações contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todos têm a oportunidade de participar e se beneficiar das atividades culturais.

O eixo “educação” engloba medidas de capacitação, promoção do sucesso educativo, combate ao insucesso e abandono escolar, além da instalação ou requalificação de equipamentos educativos. Investir na educação é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

A capacitação de professores e a melhoria das infraestruturas escolares são passos essenciais para garantir um ambiente de aprendizagem de qualidade. Estas medidas estão alinhadas com os objetivos 2, 7, 12 e 13 do PRR para este Investimento.

O eixo “cidadania e empoderamento das comunidades” envolve medidas de capacitação, sensibilização, promoção, intermediação, apoio e reforço de iniciativas voltadas ao fortalecimento da cidadania ativa, do acesso aos direitos e da participação e governança social por parte das comunidades apoiadas.

Além disso, inclui iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência. Estas ações são essenciais para garantir que todos os cidadãos tenham a oportunidade de participar ativamente na sociedade, exercer seus direitos e contribuir para a construção de

comunidades mais seguras e inclusivas. Estas medidas estão alinhadas com os objetivos 7, 8, 9, 13, 14 e 16 do PRR para este Investimento.

O eixo “emprego de economia local” compreende um conjunto de medidas como apoio ao empreendedorismo, ao cooperativismo e às atividades em rede, visando ao desenvolvimento de oportunidades para o aumento dos negócios e da empregabilidade nos territórios em que estão situadas as comunidades desfavorecidas. O Quadro 1 evidencia o alinhamento estratégico das medidas deste eixo com os objetivos do PRR, destacando-se o contributo para os objetivos 4, 8, 10, 13 e 14.

O eixo “saúde” prevê a realização de medidas de promoção da saúde e prevenção de doenças, promoção de estilos de vida saudável e envelhecimento ativo e saudável. As medidas previstas concorrem para a realização de três objetivos do PRR.

Por fim, o Eixo “social” inclui um amplo conjunto de medidas que passam desde iniciativas de dinamização de respostas sociais, de promoção da coesão social, de intervenção com grupos específicos, até ao desenvolvimento do empreendedorismo social.

### 3.1.4. Indicadores de desempenho

Tendo como referência de uma intervenção orientada para os resultados, as Operações Integradas Locais terão de dar contributos inequívocos para a redução da vulnerabilidade socio territorial. Neste âmbito foram definidos um conjunto de indicadores comuns de realização e de resultado alinhados com as diversas tipologias de medidas e de ações, que se apresentam no Quadros 2.

**Quadro 2 – Indicadores de desempenho do Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa**

Medidas	Indicadores de realização		Indicadores de resultado		
	Identificação	Unidade	Identificação	Unidade	
<b>Eixo ambiente e valorização do espaço público</b>					
a	Intervenções de qualificação do espaço público ou espaços comuns de edifícios residenciais	Espaço urbano requalificado/regenerado	m <sup>2</sup>	População vulnerável beneficiada	nº
b	Intervenção de requalificação/ substituição de redes de água, saneamento, eletricidade/ iluminação pública, assim como, outras infraestruturas/ instalações/ equipamentos que se verifiquem necessárias ao pleno funcionamento da área de intervenção	Espaço urbano requalificado/regenerado	m <sup>2</sup>	População vulnerável beneficiada	nº
c	Intervenções de melhoria do ambiente urbano	Espaço urbano requalificado/regenerado	m <sup>2</sup>	População vulnerável beneficiada	nº
d	Ações de educação ambiental	Ações de educação ambiental	nº	População vulnerável beneficiada	nº
e	Intervenções de promoção da mobilidade suave	Extensão de ciclovia criada	m	População vulnerável beneficiada	nº
f	Iniciativas de promoção da economia circular	Iniciativas de promoção da economia circular realizadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº

Medidas		Indicadores de realização		Indicadores de resultado	
		Identificação	Unidade	Identificação	Unidade
g	Intervenções de promoção da melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada	Intervenções de promoção da melhoria da acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada	nº	População vulnerável beneficiada	nº
<b>Eixo cultura e criatividade</b>					
a	Diagnósticos de reconhecimento e validação dos talentos culturais, artístico e criação de programas de dinamização cultura e artística para jovens	Programas de dinamização cultural e artística para jovens	nº	População vulnerável beneficiada	nº
b	Ações de promoção de criatividade	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	nº	População vulnerável beneficiada	nº
c	Ações de dinamização de práticas artísticas e culturais em particular, iniciativas que permitam o envolvimento direto em experiências artísticas/culturais, não exclusivamente como espetadores, mas como participantes ativos na criação ou coprodução	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	nº	População vulnerável beneficiada	nº
d	Ações de intermediação que favorecem o desenvolvimento de atitudes e capacidades de aprendizagem, com vista à aquisição de competências básicas, pessoais e sociais, recorrendo designadamente à inclusão de conteúdos e ou práticas artísticas e culturais	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	nº	População vulnerável beneficiada	nº
e	Projetos inovadores que aumentam a coesão social e os sentimentos de pertença à comunidade através de participação cultural e artística	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	nº	População vulnerável beneficiada	nº
f	Projetos que concorram para a melhoria do acesso à cultura e à arte, nomeadamente através da supressão de obstáculos ao nível da comunicação e da programação em espaços, equipamentos e eventos culturais	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	nº	População vulnerável beneficiada	nº
g	Projetos que tenham como objetivo promover a elaboração e a divulgação de conteúdos culturais digitais acessíveis a pessoas com deficiências e incapacidades e ou a grupos excluídos ou socialmente desfavorecidos	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	nº	População vulnerável beneficiada	nº
h	Instalação ou requalificação de equipamentos culturais	Equipamentos culturais criados ou beneficiados	nº	População vulnerável beneficiada	nº
<b>Eixo educação</b>					
a	Projetos de combate ao insucesso e abandono escolares com envolvimento das comunidades educativas	Projetos de combate ao insucesso e abandono escolar realizados	nº	População escolar beneficiada por projetos de combate ao insucesso e abandono escolar	nº
b	Ações de capacitação de escolas e dos seus profissionais	Ações de capacitação de professores e auxiliares de ação educativa realizadas	nº	Participantes (profissionais escolares) em ações de capacitação	nº
c	Ações de promoção do sucesso educativo e da recuperação de aprendizagens	Ações de promoção do sucesso educativos realizadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº
d	Instalação ou requalificação de equipamentos educativos (ensino básico e pré-escolar)	Equipamentos educativos criados ou beneficiados	nº	População vulnerável beneficiada	nº
<b>Eixo cidadania e empoderamento de comunidades</b>					
a	Apoio aos cidadãos na identificação e na resolução de situações em matéria de nacionalidade, de regularização de documentação e de acesso a serviços públicos	Ações de apoio realizadas para resolução de situações críticas (nacionalidade e acesso a serviços públicos)	nº	População vulnerável beneficiada	nº

Medidas		Indicadores de realização		Indicadores de resultado	
		Identificação	Unidade	Identificação	Unidade
b	Ações de capacitação de organizações locais e grupos formais ou informais de cidadãos	Ações de capacitação de organizações e/ou a grupos de cidadãos	nº	População vulnerável beneficiada	nº
c	Apoio à elaboração de diagnóstico das necessidades e desenvolvimento de programas de literacia de adultos, de aprendizagem da língua portuguesa e de inclusão digital	Programas de literacia de adultos e de inclusão digital realizados	nº	População vulnerável beneficiada	nº
d	Ações de reforço dos mecanismos de promoção da cidadania ativa e acesso aos direitos e à participação cívica	Ações de promoção da cidadania ativa realizadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº
	Estabelecimento de redes de parceria - incluindo organismos da administração central e local, associações e empresas	Parcerias estabelecidas	nº	Entidades que integram as redes de parceria constituídas	nº
	Ações de sensibilização, promoção e intermediação, bem como outras ações complementares de divulgação e implementação de projetos, de forma a habilitá-las para o exercício de uma cidadania ativa, que valorize designadamente a participação cívica, a fruição cultural e patrimonial e a responsabilidade social	Ações de sensibilização e divulgação dos projetos realizadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº
	Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência	Iniciativas de promoção da segurança e prevenção de violência	nº	População vulnerável beneficiada	nº
<b>Eixo emprego de economia local</b>					
a	Capacitação e criação de emprego local	Ações de capacitação para a empregabilidade e criação do próprio emprego realizadas	nº	Indivíduos empregados 1 ano após beneficiarem das ações	%
b	Promoção da integração em ações de formação profissional que permitam a certificação dos formandos	Ações de formação profissional certificadas realizadas	nº	População vulnerável com certificação total em ações de formação profissional certificada	nº
c	Criação de sistemas experimentais de produção, aquisição e troca de bens e serviços essenciais, designadamente caixas solidárias, moedas locais, bolsas de produtores locais	Sistemas experimentais de produção, aquisição e troca de bens implementados	nº	População vulnerável beneficiada	nº
d	Recuperação de ofícios antigos ou criação de novos	Ações associadas à recuperação de ofícios antigos ou à criação de novos	nº	População vulnerável beneficiada	nº
e	Apoio e alavancagem de novas formas de cooperativismo	Novas formas de cooperativismo implementadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº
f	Apoio à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e com necessidades especiais	Ações associadas à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência	nº	População com deficiência e com necessidades especiais integrada no mercado de trabalho	nº
g	Apoio à criação de redes entre atores públicos e privados que visem aumentar oportunidades formativas, de capacitação e de acesso ao mercado de trabalho das pessoas em situação de vulnerabilidade (por exemplo, Redes de Empregabilidade)	Redes de empregabilidade criadas	nº	Entidades que integram as redes de empregabilidade	nº
h	Criação de espaços de incubação de atividades empreendedoras locais	Espaços de incubação criados	nº	Atividades empreendedoras locais instaladas	nº
i	Ações que visem o <i>upskilling</i> e <i>reskilling</i> de jovens e ativos, especialmente orientadas para adaptação à transição digital	Ações de adaptação à transição digital (jovens e ativos)	nº	Participantes (Jovens e ativos), em ações de adaptação à transição digital	nº
<b>Eixo saúde</b>					

Medidas		Indicadores de realização		Indicadores de resultado	
		Identificação	Unidade	Identificação	Unidade
a	Intervenções de promoção da saúde e de prevenção de doenças	Intervenções de promoção da saúde e de prevenção de doenças realizadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº
b	Proteção da saúde e promoção de estilos de vida saudáveis	Ações de promoção de estilos de vida saudáveis	nº	População vulnerável beneficiada	nº
c	Ações de resposta às necessidades locais, em articulação com o Plano Local de Saúde	Ações associadas à resolução de necessidades locais (saúde)	nº	População vulnerável beneficiada	nº
d	Ações de promoção da saúde comunitária e combate às dependências	Ações de promoção da saúde comunitária e combate às dependências realizadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº
e	Ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável	Ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável realizadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº
f	Ações de promoção da literacia em saúde dirigidas a não nacionais bem como a capacitação dos serviços e dos profissionais de saúde para lidar com a diversidade	Ações de promoção da literacia e capacitação em saúde	nº	População vulnerável (não nacionais) beneficiada por ações de promoção da literacia em saúde	nº
g	Instalação ou requalificação de equipamentos de saúde	Equipamentos de saúde criados ou requalificados	nº	População vulnerável beneficiada	nº
h	Criação de equipas de saúde mental comunitárias	Equipas de saúde mental comunitárias criadas	nº	Atendimentos/ano realizados pelas equipas de saúde mental	nº
<b>Eixo social</b>					
a	Intervenções de promoção da coesão social, de desenvolvimento de competências pessoais e sociais e cidadania	Ações de promoção de competências pessoais e sociais realizadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº
b	Iniciativas culturais, desportivas ou de relevância comunitária	Iniciativas culturais, desportivas ou de relevância comunitária realizadas	nº	Participantes em iniciativas culturais, desportivas ou de relevância comunitária	nº
c	Criação de redes solidárias de vizinhança e organizações de moradores, com sinalização e apoio nas necessidades mais imediatas e relevantes, tais como redes informais de apoio a pessoas dependentes, ou a seniores, organização de atividades de ocupação de tempos livres, ações de combate ao isolamento dos mais velhos e de prevenção da saúde mental	Redes solidárias de vizinhança e organizações de moradores criadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº
d	Intervenções dirigidas a crianças, jovens e adultos com necessidades especiais	Intervenções dirigidas a crianças, jovens e adultos com necessidades especiais realizadas	nº	Crianças, jovens e adultos com necessidades especiais alvo de intervenções específicas de apoio	nº
e	Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência	Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência realizadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº
f	Iniciativas de prevenção e combate à exclusão social, isolamento ou abandono	Iniciativas de prevenção e combate à exclusão social, isolamento ou abandono realizadas	nº	População vulnerável beneficiada	nº
g	Ações de promoção da inovação e empreendedorismo social	Ações de promoção da inovação e empreendedorismo social realizadas	nº	Participantes em ações de promoção da inovação e empreendedorismo social	nº
h	Dinamização de equipamentos desportivos e respostas sociais	Equipamentos desportivos e respostas sociais dinamizados	nº	População vulnerável beneficiada	nº

Medidas		Indicadores de realização		Indicadores de resultado	
		Identificação	Unidade	Identificação	Unidade
i	Instalação ou requalificação de equipamentos desportivos e sociais	Equipamentos desportivos e sociais criados ou requalificados	nº	População vulnerável com acesso a equipamentos desportivos e sociais	nº
j	Intervenções dirigidas às famílias com filhos, facilitadoras da conciliação da vida pessoal com a vida profissional e desenvolvimento de competências parentais	Ações de promoção de competências parentais e de conciliação da vida pessoal e profissional realizadas	nº	Famílias (com filhos) beneficiadas por ações de promoção de competências parentais	nº

Fonte: AML (2022)

## 3.2. Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto

### 3.2.1. Contexto e objetivos

Face ao repto com que se viu confrontada para, num muito curto espaço temporal, desencadear um processo de planeamento, montagem, gestão e avaliação das Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas, a AMP começou por fazer um primeiro reconhecimento sobre a natureza, a dimensão e incidência das principais situações-problema que afetam os grupos sociais mais vulneráveis presentes neste território metropolitano, identificando a respetiva expressão espacial.

Foi, assim, possível perceber o recorte dos diferentes grupos sociais no tocante à sua vulnerabilidade, à desigualdade, à segregação, à pobreza e à exclusão social, no contexto metropolitano, por referência aos contextos nacional e europeu, e constatar uma configuração específica particularmente complexa.

A abordagem adotada direcionou-se prioritariamente para as situações-problema experimentadas pelos grupos sociais nelas implicados, em concreto:

- grupos sociais especialmente vulneráveis:
  - as crianças e jovens – com baixa escolaridade, insucesso escolar e risco de abandono; inseridas em contextos territoriais e familiares empobrecidos e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho;
  - as pessoas em idade ativa – desempregadas (em especial de longa duração); empregadas com baixa escolaridade e escassas qualificações; em situação de subemprego e precariedade;
  - os idosos – isolados e dependentes, com baixos rendimentos, baixas qualificações e competências e com incapacidades.
- os Indivíduos e famílias em situação de sem-abrigo ou de elevada precariedade habitacional
- a população imigrantes e minorias étnicas com dificuldades de integração profissional, social e cultural

- as pessoas com deficiência e/ou incapacidade e pessoas com desafios em matéria de saúde física e mental

Neste contexto, a abordagem proposta pelo Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da AMP (PACD AMP), em coerência com o disposto na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, direciona-se primeira e prioritariamente para as situações-problema experimentadas pelos grupos sociais específicos identificados no diagnóstico efetuado.

### 3.2.2. Estruturação da abordagem

O PACD da AMP estrutura-se através dois eixos: Eixo I. Intervenções Territoriais; Eixo II. Inovação Social.

O Eixo I. Intervenções Territoriais, que financeiramente representa 98% do total do financiamento, é operacionalizado através de seis intervenções territoriais. A cada uma destas intervenções corresponde uma operação Integrada que agrupa, territorialmente, municípios com contiguidade geográfica que partilham perfis de vulnerabilidade social

As operações a financiar no âmbito do Eixo II. Inovação Social, cujo financiamento corresponde a menos de 2% do total, têm sobretudo natureza imaterial.

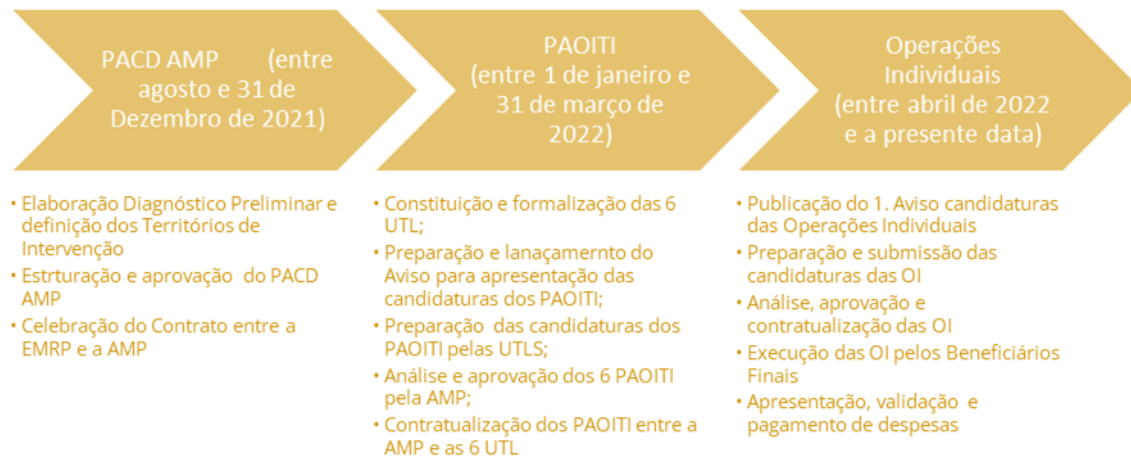
O processo de operacionalização do Eixo I. Intervenções Territoriais do PACD AMP e consequentemente do apoio financeiro para a realização do Investimento RE-C03-i06.03 “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto” previsto e enquadrado na Componente C03 –Respostas Sociais do PRR Plano de Recuperação e Resiliência, compreende as seguintes etapas que têm vindo a ser executadas pontualmente:

#### 3.2.2.1. Eixo I. Intervenções Territoriais

A compreensão do processo implica a explicitação prévia da metodologia sequencial (Figura 4) adotada pela Área Metropolitana do Porto na implementação do Eixo I. Intervenções Territoriais.



Figura 4 – Metodologia do Eixo 1. Intervenções Territoriais, AMP

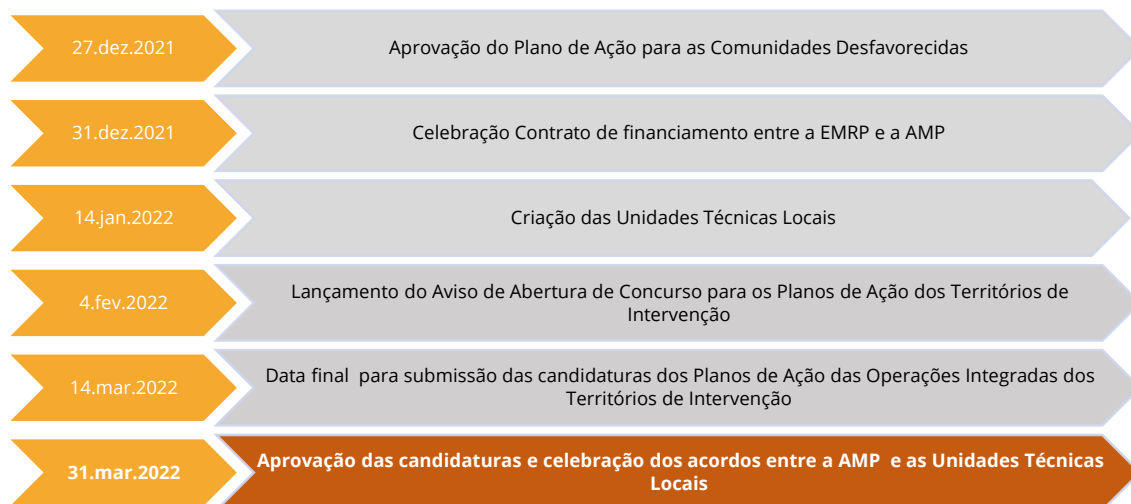


Fonte: AMP (2024)

Os diferentes passos e tarefas previstas ao longo deste processo estão registadas no cronograma abaixo reproduzido.

Figura 5 – Metodologia do Eixo 1. Intervenções Territoriais, fase 1, AMP

1.ª Fase



Fonte: AMP (2024)

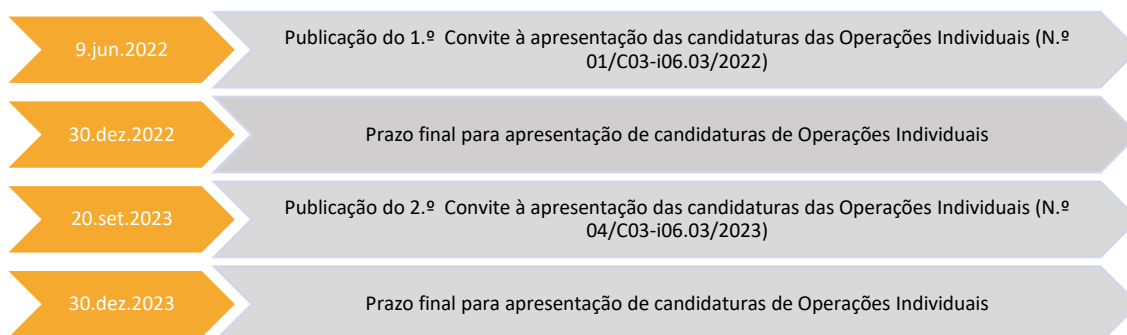
A 31.12.2021, a AMP e os seus Municípios tinham sido capazes de coletivamente construir o Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas, condição necessária para, nessa mesma data, celebrar o Contrato de Financiamento entre a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) e a AMP que reconhece a esta entidade a qualidade de beneficiário intermediário, atribuindo-lhe exigentes responsabilidades na execução do investimento contratualizado.

Neste contexto, foi consensualizado no seio da AMP um calendário ambicioso que tem vindo a permitir responder atempadamente, desde logo e sobretudo, em termos de prazos, metas e marcos a atingir de acordo com os compromissos assumidos pelo Estado Português perante a União Europeia:

- até 14 de janeiro de 2022, procedeu-se à constituição formal das seis Unidades Técnicas Locais que integram vários municípios e entidades locais de cada território de intervenção;
- foi publicado pela AMP a 4 de fevereiro o convite à apresentação das candidaturas dos Planos de Ação das Operações Integradas dos Territórios de Intervenção (PAOITI) poer parte das UTL;
- as UTL, até 14 de março, construíram, consensualizaram e submeteram as candidaturas dos seis Planos de Ação das Operações Integradas, contemplando a identificação e caracterização de centenas de operações individuais a candidatar na 2.ª fase;
- até 31de março de 2022, a AMP analisou, avaliou e aprovou os planos de ação das seis operações integradas candidatas e celebrou os respetivos acordos de financiamento com cada uma das seis Unidades Técnicas Locais.

Figura 6 – Metodologia do Eixo 1. Intervenções Territoriais, fase 2, AMP

## 2.ª Fase



Fonte: AMP (2024)

## 1.º Convite à apresentação das candidaturas das Operações Individuais

Na sequência da aprovação dos PAOITI e da contratualização com as UTL, foi lançado o Aviso n.º 02/C03-i06.03/2022- Convite à apresentação de candidaturas das operações individuais”, publicado em 9 de junho de 2022, como o objetivo permitir a apresentação, análise e decisão sobre as OI (Operações Individuais) que integram os PAOITI apresentados na primeira fase.

Este aviso, n.º 02/C03-i06.03/2022, cujo prazo para a submissão das candidaturas encerrou em 31-12-2022, veio a conduzir aos seguintes resultados:

- 194 operações individuais contratualizadas e/ou em fase de contratualização;

- 4 operações não aprovadas (por incumprimento do disposto nos pontos 5.1 e 6.2 do AAC- o beneficiário final e a operação individual não estavam inscritas em nenhum dos PAOITI aprovados e não foram validados pelas respetivas UTL);
- Montante de financiamento submetido: 98 194 764,66€;
- Montante elegível contratualizado (até 30-06-2023): 84 410 384,11€.

## 2.º Convite à apresentação das candidaturas das Operações Individuais

Em 21 de setembro de 2023, foi publicado o aviso convite n.º 04/C03-i06.03/2023 com uma dotação de 34.611.615,89€. O lançamento e a publicação deste 2.º aviso tiveram por objetivo permitir a submissão das candidaturas que conduzam à contratualização integral das operações individuais previstas nos PAOITI que ainda não tinham, todavia, sido submetidas, de modo a contratualizar a totalidade da verba afeta a este eixo.

O prazo para a submissão das candidaturas terminou a 31 de dezembro de 2023.

### 3.2.2.2. Eixo II. Inovação Social

O Eixo II. visa criar as condições de envolvimento dos diversos atores e das suas intervenções num modelo verdadeiramente integrado que permita maximizar as sinergias e os resultados destas diversas intervenções. Simultaneamente, através deste Eixo são asseguradas as atividades de gestão, acompanhamento monitorização e reporte da intervenção.

Dinamizado a partir da AMP, este Eixo foca-se na inovação, na capacitação e na promoção do envolvimento e da participação cívica na construção e montagem de projetos numa lógica *bottom-up*.

O Eixo II. compreende duas tipologias de ação que, concorrendo para os objetivos de promoção da inovação e da capacitação, participação e envolvimento comunitário, apresentam uma natureza e uma forma de operacionalização diferenciada: animação, capacitação e Inovação; Gestão, acompanhamento e reporte.

Figura 7 – Eixo 2. Inovação social



Fonte: AMP (2024)

### Animação, capacitação e Inovação

No que toca à vertente da Capacitação, Animação, durante o primeiro trimestre de 2022, com o objetivo de apoiar as UTL na estruturação e montagem dos respetivos PAOITI foi planeado e executado um vasto programa de *webinars* que abrangeu diferentes temáticas e instrumentos de intervenção suscetíveis de mobilização no contexto desta iniciativa.

Figura 8 – Programa de webinars na AMP

Programa de webinars										
Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas AMP										
Temas / Iniciativas Core			Temas Instrumentais Transversais			Temas Complementares				
Educação e sucesso educativo	Qualificações e empregabilidade	Envelhecimento Ativo e Saudável	Participação e Cidadania	Transição e Inclusão Digital	Empreendedorismo e Inovação Social	Saúde Mental e Comunitária	Desporto, atividade física e bem estar	Comunidades Desfavorecidas as Natureza e Ambiente	Participação Cidadã no Urbanismo	Comunidade, Cultura e Criatividade
Ilídia Cabral - Univ. Católica	Leonor Rocha e Lourdes Cunha – Quaternaire Portugal	António M. Fonseca - Universidade Católica	Hugo Cruz – Consultor	Sofia Marques da Silva – Fac. Psicologia UP   Paulo Cunha - Medidata	Paulo Alves – Smart Value	Cassiano Santos – Unid. Psiquiatria Comunitária H. S. João	Paulo Sá	Gonçalo Canto Moniz - CES Univ. Coimbra   Isabel Ferreira Coordenadora Urbanat	Aitor Varea – FAUP   Habitar Porto	Paula Guerra FLUP
9 fev. das 11h15 às 12h45	10 fev. das 11h15 às 12h45	7 fev. das 9h30 às 11h00	10 fev. das 9h30 às 11h00	16 fev. das 11h15 às 12h45	9 fev. das 9h30 às 11h00	23 fev. entre as 11h30 e as 12h30.	22 de fev. entre as 12h e as 13h	17 de fev. entre as 12h e as 13h	21 de fevereiro entre as 12h e as 13 horas	18 de fevereiro entre as 12h e as 13h

Fonte: AMP (2024)

### Inovação Social e Experimentação

A vertente das Iniciativas de Inovação Social e Experimentação que integram o Eixo II. terão o seu início de execução em 2024, sendo que durante o ano de 2023 foi lançado o procedimento de contratação da prestação serviços de suporte a esta atividade que veio a ser objeto de contratualização já durante 2024. Entretanto, foi dado início a esta atividade.

### Comunicação e Disseminação dos Resultados

A comunicação, divulgação e disseminação dos resultados, bem como promoção de iniciativas destinadas a aprofundar e qualificar o envolvimento das instituições, atores e comunidades, cruzamento e intercâmbio de experiências, constitui uma das atribuições da Área Metropolitana do Porto, enquanto beneficiária intermediária.

Apesar de a prioridade da ação da AMP neste domínio se ter centrado na comunicação interna, junto dos atores relevantes para a montagem e arranque das intervenções, designadamente os Municípios e as entidades envolvidas na candidatura e execução de operações, foi levado a cabo um conjunto de iniciativas neste domínio que constam do Ponto 5. do presente relatório.

Por seu turno, as UTL, dentro dos seus territórios de intervenção, assumem um papel relevante no que toca à comunicação, através da mobilização das instituições locais e das comunidades no que toca à implementação dos respetivos PAOITI e das operações individuais que os integram.

### Coordenação e Gestão

Entre as funções que lhe estão acometidas no quadro da respetiva contratualização, a AMP desempenha um papel fundamental de coordenação geral, seja relativamente aos processos de tomada de decisão, no que toca à gestão da intervenção, seja na articulação interna, no contexto do relacionamento com as Unidades Técnicas Locais e com os beneficiários finais dos projetos, seja na interlocução externa, designadamente no que respeita ao relacionamento com o Governo e com a EMRP.

A supervisão da coordenação do Plano de Ação compete aos órgãos próprios da Área Metropolitana do Porto, designadamente ao Conselho Metropolitano e à Comissão Executiva, nos termos da lei e dos estatutos da entidade.

No plano técnico, a AMP deverá assumir um duplo papel, ainda que exercido de forma independente e na estrita observância do princípio da segregação de funções. Este papel é confiado a duas Unidades Técnicas Metropolitanas inseridas na estrutura orgânica da AMP:

- a Unidade Técnica de Capacitação e Animação, que terá como missão apoiar a implementação do Plano de Ação, devendo para o efeito dinamizar um conjunto ações, entre as quais se destacam, nomeadamente;
- a Unidade Técnica de Gestão - Esta Unidade Técnica será responsável pela gestão administrativa e financeira da contratualização com a EMRP e com as Parcerias dos Territórios de Intervenção, bem como pelos contratos de financiamento que resultarem de outros convites/avisos para a apresentação de candidaturas que vierem a ser lançados no âmbito do Eixo II. Compete-lhe, também, assegurar a monitorização e avaliação dos resultados obtidos e a verificação da observância dos marcos e metas.

### 3.2.3. Territorialização da intervenção

O diagnóstico e a análise territorial realizados permitiram a conformação geográfica das seis intervenções territoriais que refletem e enquadram os perfis de vulnerabilidades sociais identificados, perfis que surgem partilhados por territórios supraconcelhios contíguos.

A abordagem adotada traduziu-se no desenvolvimento de um plano de ação com carácter inevitavelmente multidimensional e multissetorial, que atende à expressão territorial diversificada das problemáticas sociais presentes na Área Metropolitana do Porto e que, por conseguinte, viabiliza a estruturação e concretização diferenciadas das próprias intervenções.

A medida é assim operacionalizada através de seis Intervenções territoriais distintas, conformadas geograficamente de acordo com o previsto no Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto, oportunamente aprovado e contratualizado.

A cada uma destas intervenções corresponde uma Unidade Técnica Local responsável pela candidatura do Plano de Ação da respetiva Operação Integrada do Território de Intervenção (PAOITI) que agrupa territorialmente concelhos com contiguidade espacial, a saber:

- Intervenção Territorial AMP Centro Oriental: Gondomar; Porto.
- Intervenção Territorial AMP Centro Sul: Espinho; Vila Nova de Gaia.
- Intervenção Territorial AMP Interior Norte: Maia; Santo Tirso; Trofa.
- Intervenção Territorial AMP Litoral Norte: Matosinhos; Póvoa de varzim; Vila do Conde;
- Intervenção Territorial AMP Oriental: Paredes; Valongo;
- Intervenção Territorial AMP Sul: Arouca; Oliveira de Azeméis; Santa Maria da Feira; São João da Madeira; Vale de Cambra.

**Figura 9 – Especialização das intervenções territoriais na Área Metropolitana do Porto**



Fonte: AMP (2024)

### 3.2.4. Alinhamento estratégico do subinvestimento com o PRR

A Estratégia delineada no Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da AMP (PACD – AMP) parte do diagnóstico da situação efetuado, tendo presente a sua incidência territorial diferenciada, para a identificação dos principais desafios sistémicos, a seleção dos objetivos estratégicos a atingir e a, finalmente, na identificação de um conjunto de linhas de ação a mobilizar.

Figura 10 – Estratégia delineada no Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da AMP



Fonte: Equipa técnica (2024)

As comunidades desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto confrontam-se com um conjunto de desafios complexos, relevantes e sistémicos, relativamente aos quais é fundamental encontrar soluções e respostas articuladas e integradas, nomeadamente:

- urbanístico: fazer cidade através de processos de identificação territorial;
- ambiental: emancipar as comunidades através da sustentabilidade;
- saúde e segurança: dinamizar vivências assentes no bem-estar, na saúde e na segurança;
- qualificações e competências: promover comunidades aprendentes e ativas;
- cultural: valorizar as memórias e a participação cultural;
- digital: contrariar a infoexclusão e promover a inovação;
- nova geração de equipamentos: adequada às novas problemáticas e respostas sociais;

- institucional: capacitar o tecido institucional;
- inovação: indutora de soluções e abordagens transformadoras.

Face aos desafios avançados e aos propósitos gerais associados à conceção e desenvolvimento do Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da AMP, foram definidos três Objetivos Estratégicos:

- O1. Reduzir a pobreza e a exclusão, promovendo o acesso à habitação, ao espaço e aos serviços públicos, à saúde e bem-estar e à qualidade de vida.
- O2. Valorizar e ampliar as competências e aumentar a resiliência das comunidades.
- O3. Promover e qualificar os recursos e as parcerias institucionais para a inclusão e a inovação social.

Por seu turno, para a realização **dos Objetivos Estratégicos do PACD AMP foram identificadas nove Linhas de Ação:**

- LA1. Qualificar os espaços residenciais e aumentar a identificação territorial
- LA2. Valorizar as comunidades e a vivência do espaço através da sustentabilidade
- LA3. Promover estilos de vida saudáveis e vivências seguras
- LA4. Garantir o acesso a serviços públicos e qualificar as respostas sociais
- LA5. Apoiar e promover comunidades aprendentes e empreendedoras
- LA6. Promover as competências digitais, combatendo a infoexclusão e favorecendo a inclusão
- LA7. Valorizar os saberes locais, a criatividade e a participação cívica e cultural
- LA8. Robustecer e capacitar o tecido associativo e institucional
- LA9. Induzir a experimentação e o desenvolvimento de soluções e abordagens transformadoras.

A estratégia para a intervenção junto das Comunidades Desfavorecidas proposta pela AMP, acima exposta em traços gerais, articula investimentos de natureza física e imaterial relevantes que visam alcançar, consoante as características sociais específicas de cada território, os seguintes Objetivos / Categorias de medidas apoiadas no âmbito do Investimento RE-C03-i06: Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto<sup>2</sup>:

- promoção de saúde e da qualidade de vida das comunidades;

---

<sup>2</sup> Vide pág. 39, 40, 45 e 46 do Anexo da Decisão de Execução do Conselho relativa à aprovação da avaliação do Plano de Recuperação e Resiliência a Portugal



- requalificação física do espaço público ou reforço de infraestruturas sociais de saúde, de habitação, ou desportivas;
- regeneração económica das áreas socialmente desfavorecidas;
- empreendedorismo de pequenos negócios locais;
- acesso à saúde, desenvolvendo a saúde comunitária e o combate às dependências;
- programas de envelhecimento ativo e saudável;
- projetos de combate ao insucesso e abandono escolar;
- qualificação de adultos e certificação de competência;
- diagnóstico das necessidades das populações e desenvolvimento de programas de literacia de adultos, de aprendizagem da língua portuguesa e de inclusão digital;
- formação profissional e política de promoção de empregabilidade;
- acesso à cultura e à criatividade;
- participação das comunidades na gestão do próprio programa;
- capacitação dos atores locais e em redes de parceria;
- soluções de combate à pobreza e exclusão social;
- promoção do desporto;
- cidadania e acesso aos direitos e à participação cívica.

No Quadro 3, evidencia-se a relação de coerência entre os objetivos estratégicos e as linhas de Ação do PACD AMP, por um lado, e as os objetivos / categorias de medidas apoiadas no âmbito do Investimento RE-C03-i06.

**Quadro 3 – Alinhamento estratégico dos objetivos estratégicos e linhas de Ação do PACD AMP e os objetivos do PRR (Investimento RE-C03-i06)**

Objetivos Estratégicos / Linhas de Ação		Objetivos PRR															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
<b>O1. Reduzir a pobreza e a exclusão, promovendo o acesso à habitação, ao espaço e aos serviços públicos, à saúde e bem-estar e à qualidade de vida</b>																	
LA1.	Qualificar os espaços residenciais e aumentar a identificação territorial		•	•													
LA2.	Valorizar as comunidades e a vivência do espaço através da sustentabilidade		•	•													
LA3.	Promover estilos de vida saudáveis e vivências seguras	•	•			•	•										•
LA4.	Garantir o acesso a serviços públicos e qualificar as respostas sociais	•	•			•		•					•				
<b>O2. Valorizar e ampliar as competências e aumentar a resiliência das comunidades.</b>																	
LA5.	Apoiar e promover comunidades aprendentes e empreendedoras			•	•			•	•	•	•			•			•

LA6.	Promover as competências digitais, combatendo a infoexclusão e favorecendo a inclusão			●	●			●	●	●	●								
LA7.	Valorizar os saberes locais, a criatividade e a participação cívica e cultural							●		●	●			●	●	●			●
<b>O3. Promover e qualificar os recursos e as parcerias institucionais para a inclusão e a inovação social.</b>																			
LA8.	Robustecer e capacitar o tecido associativo e institucional																	●	●
LA9.	Induzir a experimentação e o desenvolvimento de soluções e abordagens transformadoras																	●	●

Fonte: AMP (2024)

A intersecções assinaladas, no quadro acima, entre as Linhas de Ação identificadas pela AMP no seu PACD e os objetivos previstos pelo PRR para esta Medida revelam um forte alinhamento estratégico e operacional entre os dois instrumentos, o que se traduz numa garantia no que toca à coerência na ação em prole das comunidades desfavorecidas.

### 3.2.5. Indicadores de desempenho

O Quadro de Indicadores de Desempenho do PACD – AMP visa apoiar a monitorização da execução dos investimentos e, também, avaliar as realizações e os resultados destes investimentos bem como o seu contributo para a resolução dos principais desafios com que as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto estão confrontadas.

O quadro de desempenho compreende duas componentes distintas, mas que se articulam e complementam entre si:

- marcos e metas (corresponde ao anexo iii dos acordos das UTL);
- indicadores de desempenho de realização e de resultado.

Assim, por um lado, compreende um conjunto de Marcos e Metas a observar pelas UTL na execução dos respetivos planos de ação, tendo em vista assegurar a execução física e financeira atempada bem como a produção de elementos de informação que possibilitem o acompanhamento, a monitorização e a avaliação ao longo de todo o período de execução do PRR, nomeadamente no que diz respeito ao investimento RE-C03-i06.03.

Por outro lado, compreende uma bateria de Indicadores Desempenho de Realização e de Resultado harmonizada que permitirá a identificação dos indicadores mais ajustados a cada operação e a fixação das metas a atingir, elementos essenciais que serviram de base à contratualização de cada uma das operações individuais.

Globalmente, estas duas componentes do quadro de desempenho contribuirão para a avaliação das operações individuais e, simultaneamente dos PAOITI /UTL e do PACD – AMP.

Abaixo encontram-se reproduzidas as duas componentes do quadro de desempenho atualizadas. No caso dos Marcos e Metas o quadro apresentado encontra-se atualizado à data de 31 de dezembro de 2023 e respeita ao cumprimento pelas UTL das Metas e Marcos assumidas contratualmente.

Já no que toca aos Indicadores de Desempenho, de realização e de resultado, o quadro apresentado explicita, neste momento, apenas os valores das metas contratualizadas com os beneficiários finais das operações candidatadas. Dado que a aferição do cumprimento destas metas só poderá ser realizada após a conclusão da execução física e financeira das operações individuais e atento o facto de que apenas um número reduzido destas encontrava-se concluído a 31/12/2023, não existe, neste momento, informação que permita avaliar o atingir das referidas metas de desempenho.

Quadro 4 – Indicadores de desempenho do Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto

N.º	Tipo	Indicador	Unid.	Base	Objetivo	Data	Intervenção Territorial AMP					
							Sul	Centro Oriental	Centro Sul	Interior Norte	Litoral Norte	Oriental
1	Meta	Submissão de candidaturas de operações individuais cujo investimento elegível represente pelo menos 40% da dotação financeira afeta à UTL	%	0	40%	31/12/22	●	●	●	●	●	●
2	Meta	Submissão de candidaturas de operações individuais cujo investimento elegível represente pelo menos 60% da Dotação Financeira afeta à UTL	%	0	60%	30/06/23	●	●	●	●	●	●
3	Meta	Execução financeira global do PAOITI iniciada	n.º	0	>0	31/12/22	●	●	●	●	●	●
4	Meta	Execução global da dotação financeira afeta à UTL	%	0	5%	31/12/23	●	●	●	●	●	●
5	Meta	Execução global da dotação financeira afeta à UTL	%	0	15%	31/06/24						
6	Meta	Execução global da dotação financeira afeta à UTL	%	0	30%	31/12/24						
7	Meta	Execução global da dotação financeira afeta à UTL	%	0	50%	31/06/25						
8	Meta	Execução global da dotação financeira afeta à UTL	%	0	90%	31/12/25						
9	Marco	Elaboração e entrega à Beneficiária Intermediária do Relatórios de Progresso Trimestral	n.º	0	14	Até dia 5 do mês seguinte	●	●	●	●	●	●
10	Marco	Apresentação de Relatório Anual de Execução do PAOITI	n.º	0	4	Até final de janeiro	●	●	●	●	●	●
11	Marco	Apresentação de Relatório Intermédio de monitorização e Avaliação do PAOITI	n.º	0	1	Até final do 2.º Trim. 2024						
12	Marco	Apresentação de Relatório Final de Avaliação	n.º	0	1	Até final do 4.º Trim. 2025						

Quadro 5 – Quadro de desempenho, indicadores de realização e de resultado, em 31 de dezembro de 2023

Linha de Ação	Indicador	UTL AMP							
		Sul	Centro Oriental	Centro Sul	Interior Norte	Litoral Norte	Oriental		
		Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23		
<b>O1. Reduzir a pobreza e a exclusão, promovendo o acesso à habitação, ao espaço e aos serviços públicos, à saúde e bem-estar e à qualidade de vida</b>									
LA1.	Qualificar os espaços residenciais e aumentar a identificação territorial	Realização	Ações de regeneração/requalificação de espaços públicos e comuns em áreas residenciais desqualificadas (n.º)	5	2	6		4	1
		Resultado	Espaços públicos e comuns regenerados/requalificados (superfície, m²)	15.622	5.804	40.000		18.479	
			Residentes em espaços públicos regenerados/requalificados (n.º, num raio de 1Km)	2.985		3.000		322	
LA2.	Valorizar as comunidades e a vivência do espaço através da sustentabilidade	Realização	Ações de requalificação e valorização ambiental e urbanística (nº)	7	2			4	2
			Ações de promoção da melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida (nº)	2				57	
			Ações de educação e sensibilização ambiental (nº)	2		75		20	1
		Resultado	Espaços requalificados/valorizados do ponto de vista ambiental e urbano (superfície, m²)	236				8.005	
			Residentes em áreas com espaços requalificados/valorizados do ponto de vista ambiental e urbanístico (nº, num raio de 1Km)	3.825					
LA3.	Promover estilos de vida saudáveis e vivências seguras	Realização	Ações de promoção e/ou educação para a saúde (nº)	1.407	76	60	76	3.438	1.467
			Ações de prevenção da violência e de promoção da segurança (nº)	12	7	15	37	200	
			Ações de combate ao isolamento e de promoção do envelhecimento ativo e saudável (nº)	23	42	96	70	1.001	1.301
			Ações de prevenção e combate aos comportamentos aditivos e dependências (nº)	245	10		99		
		Resultado	Indivíduos beneficiados pelas ações (menores de 25 anos, nº)	10.060	205	472	3.122	1.455	150
			Indivíduos beneficiados pelas ações (25-64 anos, nº)	12.365	1000	881	5.565	2.621	125
			Indivíduos beneficiados pelas ações (65 e + anos, nº)	7.882	9610	420	580	12.700	160
LA4.	Garantir o acesso a serviços	Realização	Ações de requalificação/beneficiação/criação de infraestruturas e equipamentos/respostas sociais, de saúde, desportivas e outras (nº)	23	15	28	1	35	3

Linha de Ação	Indicador	UTL AMP						
		Sul	Centro Oriental	Centro Sul	Interior Norte	Litoral Norte	Oriental	
		Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	
públicos e qualificar as respostas sociais	Realização	Ações de modernização /digitalização de serviços públicos/sociais (nº)	1	18				1
		Ações de capacitação de agentes de serviços e respostas públicas/sociais (nº)	137	106	39	4	51	21
	Resultado	Agentes dos equipamentos e serviços públicos/sociais capacitados (certificações, nº)	23.034	433	300	24	376	90
		Indivíduos beneficiários de equipamentos e serviços intervencionados (nº)	23.705	9.350	25.000	20	1.370	
<b>02. Valorizar e ampliar as competências e aumentar a resiliência das comunidades</b>								
LA5. Apoiar e promover comunidades aprendentes e empreendedoras	Realização	Projetos de promoção educativa/de combate ao abandono e insucesso escolares (nº)	14	21	1	24	10	1
		Projetos de empreendedorismo apoiados (nº)						
		Ações de formação/capacitação dirigidas a pessoas em idade ativa (nº)	25	71	75	601	69	21
		Ações de requalificação/beneficiação de equipamentos educativos (nº)						
	Resultado	População escolar beneficiada por projetos de promoção educativa/ de combate ao abandono e insucesso escolares (nº)	750	11.155	10.500	4.050	222	
		Profissionais de educação formados/capacitados (nº)	369	130	190	2.426	10	
	Ativos formados/capacitados/apoiados (19-64 anos, nº)	680	200	60	370	2.270	230	
LA6. Promover as competências digitais, combatendo a infoexclusão e favorecendo a inclusão	Realização	Ações de promoção da literacia e competências digitais (nº)	23	43		86	196	60
	Resultado	Indivíduos formados/capacitados em competências digitais (19-64 anos, nº)	370	490		230	1.460	
		Indivíduos formados/capacitados em competências digitais (65 e + anos, nº)	400	250		350	330	
LA7. Valorizar os saberes locais, a criatividade e a participação cívica e cultural	Realização	Projetos de animação comunitária e de criação cultural, artística e artesanal (nº)	25	18	1	46	158	38
		Ações de educação para a cidadania (nº)	9	48	4	12	17	1
	Resultado	Indivíduos beneficiários em projetos de animação comunitária e de criação cultural e artística (nº)	21.492	790		380	48.538	20

Linha de Ação	Indicador	UTL AMP							
		Sul	Centro Oriental	Centro Sul	Interior Norte	Litoral Norte	Oriental		
		Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23	Contratado a 31/12/23		
	Indivíduos capacitados em ações de educação para a cidadania (maiores de 18 anos, nº)	676	540			6.568	40		
	Indivíduos capacitados em ações de educação para a cidadania (menores de 18 anos, nº)	12	1.050			2.008	30		
<b>03. Promover e qualificar os recursos e as parcerias institucionais para a inclusão e a inovação social</b>									
LA8.	Robustecer e capacitar o tecido associativo e institucional	Realização	Ações de formação/capacitação de agentes e instituições locais (nº)	245	127		3	695	17
			Ações de incentivo ao envolvimento das comunidades na gestão e execução dos Planos de Ação (nº)	44	41	21		126	79
		Resultado	Pessoal técnico e dirigente de associações e instituições locais formado/capacitado (nº)	697	540			650	50
			Iniciativas interassociativas ou estruturas de articulação interinstitucional criadas ou dinamizadas no território (nº)	13	10		3	13	2
			Participantes em ações de incentivo ao envolvimento das comunidades na gestão e execução dos Planos de Ação (nº)	20	280			4.342	
LA9.	Induzir a experimentação e o desenvolvimento de soluções e abordagens transformadoras	Realização	Projetos de experimentação apoiados (nº)	38	80	1	40	50	1
			Ações de formação/capacitação em experimentação e inovação social (nº)	10	33				
			Projetos de monitorização e avaliação apoiados (nº)	146	6	6		15	8
		Resultado	Indivíduos e instituições participantes em processos de capacitação para a experimentação e inovação social (nº)	631	5.120			82	
			Iniciativas de empreendedorismo social criadas para a implementação de respostas sociais inovadoras no território (nº)		51	1		37	
			Indivíduos formados/capacitados em ações de capacitação para a experimentação e inovação social (nº)	185	5.120		10	65	
			Incorporação de soluções inovadoras em associações e instituições locais (novas respostas incorporadas na atividade realizada (nº)		17	6		22	

## 4. Análise da implementação dos subinvestimentos

### 4.1. Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa

#### 4.1.1. Implementação do subinvestimento por eixo de intervenção

Em termos globais estão programados para este subinvestimento um valor global de 118.861.382,64 euros, distribuídos pelos diversos eixos e territórios permitindo concretizar 31 Operações Integradas Locais que contemplam 636 projetos, tanto de natureza física como imaterial (Quadro 6).

Quadro 6 – Financiamento aprovado pela natureza dos projetos, em 31.12.2023

Natureza dos Projetos	Financiamento Aprovado [€ - EUR]	%
Físico	73 208 791,57 €	62%
Imaterial	45 652 591,07 €	38%
<b>Total</b>	<b>118 861 382,64 €</b>	<b>100%</b>

Fonte: AML (2022)

Ao nível dos eixos de intervenção destaca-se a concentração de investimento no “social” e de “educação” como os mais apoiados, com 34.539.730,21 euros e 18.291.160,18 euros, respetivamente. O elevado financiamento no setor “social” reflete um forte compromisso com a inclusão social e a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis. Já o investimento significativo na “educação” indica uma prioridade na formação e capacitação da população, essenciais para o desenvolvimento a longo prazo e para contrariar os ciclos intergeracionais de pobreza (Quadro 7).

Outros setores importantes, como o “ambiente e valorização do espaço público” (29.844.114,96 euros) e a “saúde” (9.505.482,43 euros), também recebem uma atenção considerável, evidenciando um enfoque abrangente com vista a promover a sustentabilidade ambiental, o bem-estar e a qualidade de vida. A distribuição equilibrada dos recursos entre os diferentes eixos e as especificações territoriais, evidencia o planeamento estratégico participativo que esteve na base da alocação dos recursos.

Em termos territoriais, uma análise global dos investimentos por cada uma das seis intervenções territoriais revela que os maiores montantes estão previstos para a “Grande Lisboa Poente” com um total de 23.026.207,01 euros, seguido pela “Grande Lisboa Central” com 22.353.390,19 euros, e a “Grande Lisboa Norte e Nascente” com 20.357.762,20 euros. Estes três territórios, que concentram um significativo volume de recursos, indicando uma prioridade nas áreas centrais e setentrionais da Grande Lisboa, refletindo um foco estratégico em áreas densamente povoadas e com grande procura na melhoria das infraestruturas e serviços sociais, de educação e saúde.

Na Intervenção Territorial “Arco Ribeirinho Sul - Nascente”, o financiamento total previsto é de 16.341.299,30 euros. As áreas que recebem maior atenção são o eixo “social”, com 6.695.916,33 euros, e o eixo “emprego e economia local”, com 2.800.294,85 euros. Estes investimentos indicam uma forte



ênfase na melhoria das condições de vida e na criação de oportunidades de emprego para a população local, promovendo um desenvolvimento socioeconómico mais equilibrado.

**Quadro 7 – Financiamento aprovado por eixo de intervenção, segundo Intervenção Territorial, em 31.12.2023**

Eixo de Intervenção	Arco Ribeirinho Sul - Nascente	Arco Ribeirinho Sul - Poente	Grande Lisboa Central	Grande Lisboa Norte e Nascente	Grande Lisboa Poente	Península de Setúbal Sul	Total
Ambiente e valorização do espaço público	3 384 960,00 €	7 345 910,04 €	5 826 047,05 €	2 367 052,31 €	7 641 281,41 €	3 278 864,15 €	<b>29 844 114,96 €</b>
Cidadania e empoderamento de comunidades	837 107,00 €	1 062 804,20 €	1 655 697,48 €	311 882,31 €	1 505 424,64 €	1 261 000,00 €	<b>6 633 915,63 €</b>
Cultura e criatividade	1 031 899,00 €	1 778 782,00 €	1 206 076,69 €	2 965 886,90 €	586 822,13 €	3 248 000,00 €	<b>10 817 466,72 €</b>
Educação	1 023 491,12 €	2 948 574,96 €	1 712 300,82 €	5 440 138,99 €	2 877 014,48 €	4 289 639,81 €	<b>18 291 160,18 €</b>
Emprego e economia local	2 800 294,85 €	276 265,00 €	3 208 471,44 €	822 500,00 €	1 129 981,22 €	992 000,00 €	<b>9 229 512,51 €</b>
Saúde	567 631,00 €	748 658,00 €	2 512 238,48 €	2 809 238,86 €	2 209 900,31 €	657 815,78 €	<b>9 505 482,43 €</b>
Social	6 695 916,33 €	4 132 910,00 €	6 232 558,23 €	5 641 062,83 €	7 075 782,82 €	4 761 500,00 €	<b>34 539 730,21 €</b>
<b>Total Geral</b>	<b>16 341 299,30 €</b>	<b>18 293 904,20 €</b>	<b>22 353 390,19 €</b>	<b>20 357 762,20 €</b>	<b>23 026 207,01 €</b>	<b>18 488 819,74 €</b>	<b>118 861 382,64 €</b>

Para a Intervenção Territorial "Arco Ribeirinho Sul - Poente", o total de investimento é de 18.293.904,20 euros. Destaque para o eixo do "ambiente e valorização do espaço público", com 7.345.910,04 euros, e a "educação", com 2.948.574,96 euros. Estes dados sugerem um foco na melhoria das infraestruturas ambientais e educacionais, visando criar um ambiente urbano mais sustentável e proporcionar melhores condições de aprendizagem para as crianças e jovens.

Na Intervenção Territorial "Grande Lisboa Central", o total de financiamento é de 22.353.390,19 euros. Os eixos mais apoiados são o "social", com 6.232.558,23 euros, e o "emprego e economia local", com 3.208.471,44 euros. Estes valores indicam um forte compromisso com a inclusão social e o fortalecimento económico local, visando reduzir as desigualdades e promover um crescimento sustentável na área central da região.

Por outro lado, a Intervenção Territorial "Grande Lisboa Norte e Nascente" tem um financiamento total de 20.357.762,20 euros. A "educação" é a área que recebe maior investimento, com 5.440.138,99 euros, seguida pelo eixo "social", com 5.641.062,83 euros. Estes investimentos refletem uma prioridade na melhoria da educação e no suporte social, promovendo o desenvolvimento humano e a coesão social.

Na Intervenção Territorial "Grande Lisboa Poente", o financiamento total programado é de 23.026.207,01 euros, sendo o eixo do "ambiente e valorização do espaço público" o mais apoiado, com 7.641.281,41 euros, seguido pelo eixo "social", com 7.075.782,82 euros. Finalmente, na Intervenção Territorial "Península de Setúbal Sul", o total de investimento é de 18.488.819,74 euros, sendo os eixos com maior financiamento a "cultura e criatividade", com 3.248.000,00 euros, e a "educação", com 4.289.639,81 euros. Estes valores indicam um foco no desenvolvimento cultural e educacional, promovendo a criatividade e a formação de qualidade como pilares para o desenvolvimento local.

O Quadro 8 evidencia a distribuição de fundos aprovados pelos eixos de intervenção, destacando os eixos com maior número de projetos. O eixo "social" é o que mais se sobressai, com um total de 203 projetos. Este elevado número de projetos reflete um forte compromisso com a inclusão social e o apoio às comunidades mais vulneráveis, abrangendo uma ampla gama de iniciativas de promoção da

coesão social e desenvolvimento comunitário. Em seguida, o eixo da "cultura e criatividade" conta com 120 projetos, mostrando a relevância atribuída ao desenvolvimento cultural e à promoção da criatividade. O eixo do "Ambiente e valorização do espaço público" aparece com 113 projetos e o eixo da "educação", com 103 projetos, também se destacam, refletindo o foco na melhoria das condições ambientais urbanas e na valorização da educação como alavancas para a coesão.

No mesmo Quadro é possível apreciar a distribuição do financiamento e dos projetos aprovados pelas diversas medidas que integram os eixos de intervenção. A medida com um maior número de projetos, é a "Instalação ou requalificação de equipamentos desportivos e sociais", com 58 projetos, totalizando um financiamento de 22.517.570,81 euros. Esta medida reflete a prioridade na criação e melhoria de infraestruturas que promovam atividades físicas e sociais, essenciais para a saúde e o bem-estar das comunidades.

A medida "Intervenções de promoção da coesão social, desenvolvimento de competências pessoais e sociais e cidadania" também se destaca com 40 projetos e um financiamento de 4.383.124,53 euros. Este foco significativo indica um esforço concertado em fortalecer a coesão social e promover a cidadania ativa, facilitando a integração e o desenvolvimento pessoal dos cidadãos.

Outra medida importante é a "Ações de dinamização de práticas artísticas e culturais", que conta com 50 projetos e um financiamento de 2.846.813,50 euros. Este investimento significativo demonstra o compromisso com o desenvolvimento cultural e a promoção de atividades que envolvam diretamente os cidadãos em experiências artísticas, não apenas como espectadores, mas como participantes ativos.

Finalmente, merece destaque a medida "Projetos de combate ao insucesso e abandono escolares com envolvimento das comunidades educativas" com 50 projetos, totalizando um financiamento de 4.708.690,53 euros. Este investimento é crucial para abordar um dos desafios mais persistentes nas comunidades desfavorecidas, promovendo ações que envolvem as comunidades educativas para garantir que os alunos permanecem na escola e alcançam o sucesso educativo.

#### Quadro 8 – Financiamento e projetos aprovados por eixo de intervenção e medida, em 31.12.2023

Eixo de Intervenção / Medida	Fundo Aprovado [€ - EUR]	Projetos Aprovados [nº]
<b>Ambiente e valorização do espaço público</b>	<b>29.844.114,96€</b>	<b>113</b>
a) Intervenções de qualificação do espaço público ou espaços comuns de edifícios residenciais	12.988.469,60€	29
b) Intervenção de requalificação/substituição de redes de água, saneamento, eletricidade/iluminação pública, ...	5.724.219,06€	12
c) Intervenções de melhoria do ambiente urbano	6.898.511,18€	18
d) Ações de educação ambiental	1.110.401,01€	21
e) Intervenções de promoção da mobilidade suave	934.891,50€	9
f) Iniciativas de promoção da economia circular	752.207,00€	16
g) Intervenções de promoção da melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada	1.435.415,61€	8
<b>Cidadania e empoderamento de comunidades</b>	<b>6.633.915,63€</b>	<b>93</b>
a) Apoio aos cidadãos na identificação e na resolução de situações em matéria de nacionalidade, de regularização de documentação e de acesso a serviços públicos	666.253,48€	11
b) Ações de capacitação de organizações locais e grupos formais ou informais de cidadãos	1.410.708,77€	31

Eixo de Intervenção / Medida	Fundo Aprovado [€ - EUR]	Projetos Aprovados [nº]
c) Apoio à elaboração de diagnóstico das necessidades e desenvolvimento de programas de literacia de adultos, de aprendizagem da língua portuguesa e de inclusão digital	1.106.331,18€	12
d) Ações de reforço dos mecanismos de promoção da cidadania ativa e acesso aos direitos e à participação cívica	1.568.921,20€	16
e) Estabelecimento de redes de parceria – incluindo organismos da administração central e local, associações e empresas	75.000,00€	1
f) Ações de sensibilização, promoção e intermediação, bem como outras ações complementares de divulgação e implementação de projetos, ...	1.604.835,00€	15
g) Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência	201.866,00€	7
<b>Cultura e criatividade</b>	<b>10.817.466,72€</b>	<b>120</b>
a) Diagnósticos de reconhecimento e validação dos talentos culturais, artístico e criação de programas de dinamização cultural e artística para jovens	441.802,96€	7
b) Ações de promoção de criatividade	479.600,00€	9
c) Ações de dinamização de práticas artísticas e culturais em particular, iniciativas que permitam o envolvimento direto em experiências artísticas/culturais, não exclusivamente como espetadores, mas como participantes ativos na criação ou coprodução	2.846.813,50€	50
d) Ações de intermediação que favorecem o desenvolvimento de atitudes e capacidades de aprendizagem, com vista à aquisição de competências básicas, pessoais e sociais, recorrendo designadamente à inclusão de conteúdos e ou práticas artísticas e culturais	544.260,00€	8
e) Projetos inovadores que aumentam a coesão social e os sentimentos de pertença à comunidade através de participação cultural e artística	840.478,26€	17
f) Projetos que concorram para a melhoria do acesso à cultura e à arte, nomeadamente através da supressão de obstáculos ao nível da comunicação e da programação em espaços, equipamentos e eventos culturais	426.152,00€	12
g) Projetos que tenham como objetivo promover a elaboração e a divulgação de conteúdos culturais digitais acessíveis a pessoas com deficiências e incapacidades e ou a grupos excluídos ou socialmente desfavorecidos	77.374,00€	3
h) Instalação ou requalificação de equipamentos culturais	5.160.986,00€	14
<b>Educação</b>	<b>18.291.160,18€</b>	<b>103</b>
a) Projetos de combate ao insucesso e abandono escolares com envolvimento das comunidades educativas	4.708.690,53€	50
b) Ações de capacitação de escolas e dos seus profissionais	1.042.739,82€	14
c) Ações de promoção do sucesso educativo e da recuperação de aprendizagens	1.786.971,86€	25
d) Instalação ou requalificação de equipamentos educativos (ensino básico e pré-escolar)	10.752.757,97€	14
<b>Emprego e Economia local</b>	<b>9.229.512,51€</b>	<b>73</b>
a) Capacitação e criação de emprego local	1.610.237,08€	16
b) Promoção da integração em ações de formação profissional que permitam a certificação dos formandos	485.649,32€	6
c) Criação de sistemas experimentais de produção, aquisição e troca de bens e serviços essenciais, designadamente caixas solidárias, moedas locais, bolsas de produtores locais	243.000,00€	5
d) Recuperação de ofícios antigos ou criação de novos	167.500,00€	2
e) Apoio e alavancagem de novas formas de cooperativismo	92.000,00€	1
f) Apoio à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e com necessidades especiais	86.547,85€	2
g) Apoio à criação de redes entre atores públicos e privados que visem aumentar oportunidades formativas, de capacitação e de acesso ao mercado de trabalho das pessoas em situação de vulnerabilidade (por exemplo, Redes de Empregabilidade)	1.194.258,54€	14

Eixo de Intervenção / Medida	Fundo Aprovado [€ - EUR]	Projetos Aprovados [nº]
h) Criação de espaços de incubação de atividades empreendedoras locais	3.517.022,00€	4
i) Ações que visem o <i>upskilling</i> e <i>reskilling</i> de jovens e ativos, especialmente orientadas para adaptação à transição digital	1.833.297,72€	23
<b>Saúde</b>	<b>9.505.482,43€</b>	<b>87</b>
a) Intervenções de promoção da saúde e de prevenção de doenças	617.034,78€	15
b) Proteção da saúde e promoção de estilos de vida saudáveis	1.161.534,61€	23
c) Ações de resposta às necessidades locais, em articulação com o Plano Local de Saúde	1.286.163,67€	13
d) Ações de promoção da saúde comunitária e combate às dependências	78.000,00€	4
e) Ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável	839.794,03€	17
f) Ações de promoção da literacia em saúde dirigidas a não nacionais bem como a capacitação dos serviços e dos profissionais de saúde para lidar com a diversidade	19.840,00€	2
g) Instalação ou requalificação de equipamentos de saúde	4.809.462,84€	6
h) Criação de equipas de saúde mental comunitárias	693.652,50€	7
<b>Social</b>	<b>34.539.730,21€</b>	<b>203</b>
a) Intervenções de promoção da coesão social, de desenvolvimento de competências pessoais e sociais e cidadania	4.383.124,53 €	40
b) Iniciativas culturais, desportivas ou de relevância comunitária	2.398.839,13 €	40
c) Criação de redes solidárias de vizinhança e organizações de moradores, com sinalização e apoio nas necessidades mais imediatas e relevantes, ...	373.026,75 €	6
d) Intervenções dirigidas a crianças, jovens e adultos com necessidades especiais	552.952,03€	7
e) Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência	187.240,00€	11
f) Iniciativas de prevenção e combate à exclusão social, isolamento ou abandono	2.136.239,36€	20
g) Ações de promoção da inovação e empreendedorismo social	110.000,00€	3
h) Dinamização de equipamentos desportivos e respostas sociais	1.046.823,43€	10
i) Instalação ou requalificação de equipamentos desportivos e sociais	22.517.570,81€	58
j) Intervenções dirigidas às famílias com filhos, facilitadoras da conciliação da vida pessoal com a vida profissional e desenvolvimento de competências parentais	833.914,17€	8

Fonte: AML (2024)

Adicionalmente, as "Intervenções de qualificação do espaço público ou espaços comuns de edifícios residenciais" apresentam 29 projetos com um total de 12.988.469,60 euros de financiamento. Esta medida visa melhorar a qualidade dos espaços urbanos e residenciais, tornando-os mais agradáveis e funcionais para os moradores. A requalificação dos espaços públicos é crucial para a criação de ambientes urbanos sustentáveis e para a melhoria da qualidade de vida dos residentes.

É importante destacar que um projeto pode contribuir para diferentes medidas no mesmo eixo e/ou para diferentes eixos. Assim os 636 projetos aprovados, no somatório de projetos englobados em todos os eixos/medidas é necessariamente superior a este número. No entanto, no que se refere ao planeamento financeiro é possível afetar a cada medida/eixo o respetivo investimento.

Outra perspetiva sobre os investimentos é a que relaciona os eixos de intervenção com os objetivos do PRR. Neste sentido, o quadro seguinte apresenta o montante de investimentos aprovados para cada um dos 16 objetivos PRR. Os recursos foram afetados a partir das necessidades específicas de cada entidade beneficiária, correspondendo aos respetivos objetivos PRR.

### Quadro 9 – Financiamento aprovado por objetivo PRR, em 31.12.2023

Eixo Estratégico	Ambiente e valorização do espaço público	Cidadania e empoderamento de comunidades	Cultura e criatividade	Educação	Emprego e Economia local	Saúde	Social	Total Objetivo
Objetivo 1	1.862.608,01€	- €	- €	- €	- €	3.604.337,28€	5.908.090,94€	<b>11.375.036,23€</b>
Objetivo 2	15.175.907,03€	- €	5.160.986,00€	5.376.378,99€	- €	1.603.154,28€	5.629.392,70€	<b>32.945.819,00€</b>
Objetivo 3	12.805.599,92€	- €	- €	- €	- €	- €	- €	<b>12.805.599,92€</b>
Objetivo 4	- €	- €	- €	- €	5.067.114,78€	- €	57.222,22€	<b>5.124.337,00€</b>
Objetivo 5	- €	- €	- €	- €	- €	3.878.093,31€	- €	<b>3.878.093,31€</b>
Objetivo 6	- €	- €	- €	- €	- €	419.897,56€	1.687.010,30€	<b>2.106.907,86€</b>
Objetivo 7	- €	276.582,80€	- €	9.775.654,18€	- €	- €	2.043,75€	<b>10.054.280,73€</b>
Objetivo 8	- €	1.269.792,79€	- €	- €	1.579.983,67€	- €	1.100.047,10€	<b>3.949.823,56€</b>
Objetivo 9	- €	276.582,80€	- €	- €	611.099,24€	- €	2.043,75€	<b>889.725,79€</b>
Objetivo 10	- €	- €	- €	- €	1.288.353,65€	- €	- €	<b>1.288.353,65€</b>
Objetivo 11	- €	- €	4.812.060,55€	- €	- €	- €	- €	<b>4.812.060,55€</b>
Objetivo 12	- €	572.445,00€	422.210,09€	1.569.563,51€	- €	- €	1.992.916,84€	<b>4.557.135,44€</b>
Objetivo 13	- €	507.736,26€	- €	1.569.563,50€	439.961,17€	- €	97.522,66€	<b>2.614.783,59€</b>
Objetivo 14	- €	1.667.628,27€	- €	- €	243.000,00€	- €	2.592.899,49€	<b>4.503.527,76€</b>
Objetivo 15	- €	- €	- €	- €	- €	- €	6.956.683,43€	<b>6.956.683,43€</b>
Objetivo 16	- €	2.063.147,72€	422.210,08€	- €	- €	- €	8.513.857,02€	<b>10.999.214,82€</b>
<b>Total Eixo</b>	<b>29.844.114,96€</b>	<b>6.633.915,63€</b>	<b>10.817.466,72€</b>	<b>18.291.160,18€</b>	<b>9.229.512,51€</b>	<b>9.505.482,43€</b>	<b>34.539.730,21€</b>	<b>118.861.382,64€</b>

Fonte: AML (2024)

Para uma melhor perceção da evolução das operações foram estabelecidos dois tipos de indicadores para cada medida a ser executada. Os indicadores de realização representam o resultado do esforço das entidades para realizar iniciativas/ações/intervenções voltadas para cada um dos eixos de intervenção. Os indicadores de resultado refletem as consequências finais alcançadas pelas iniciativas/ações/intervenções realizadas, e permite quantificar os benefícios alcançados. É necessário apontar que as unidades de medida adotadas para cada indicador podem ser diferentes, pelo que o reporte e análise dos dados se fará em termos de percentagens ou taxas de realização e de resultados alcançados por eixo face ao objetivo.

As secções seguintes apresentam a análise da implementação do investimento por medidas de cada eixo.

#### 4.1.1.1. Eixo ambiente e valorização do espaço público

O eixo “ambiente e valorização do espaço público” abrange medidas referentes às intervenções em espaços urbanos que estejam sob o domínio público, bem como as ações de educação ambiental e de promoção da economia circular. Para este eixo contribuem 113 projetos, dentre as quais 89 ações que iniciaram a sua implementação no ano de 2023, com um financiamento aprovado de 29.844.114,96 €.

Assim, o número dos indicadores de realização representou 0,69% do total planeado, incluindo 87 ações de educação ambiental e 99 iniciativas de promoção da economia circular realizadas, bem como a requalificação/regeneração de 14.507m<sup>2</sup> de espaços urbanos, conforme apresentado no Quadro 10.

#### Quadro 10 – Execução do Eixo “ambiente valorização do espaço público”, em 31.12.2023 (indicadores de realização)

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações de educação ambiental	Ações de educação ambiental	nº	646	87	13,47%
Iniciativas de promoção da economia circular	Iniciativas de promoção da economia circular	nº	386	99	25,66%
Intervenção de requalificação/substituição de redes de água, saneamento, eletricidade/iluminação pública, assim como, outras infraestruturas/ instalações/ equipamentos que se verifiquem necessárias ao pleno funcionamento da área de intervenção	Espaço urbano requalificado/regenerado	m²	19.893	5.197	26,12%
Intervenções de melhoria do ambiente urbano	Espaço urbano requalificado/regenerado	m²	341.419	0	0%
Intervenções de promoção da melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada	Intervenções de promoção da melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada	nº	46.452	0	0%
Intervenções de promoção da mobilidade suave	Extensão de ciclovia criada	m	5.750	0	0%
Intervenções de qualificação do espaço público ou espaços comuns de edifícios residenciais	Espaço urbano requalificado/regenerado	m²	1.728.569	9.383	0,54%

Fonte: AML (2024)

No eixo “ambiente e valorização do espaço público” é possível verificar que, embora as iniciativas estejam numa fase de arranque, os resultados já apresentam resultados importantes no conjunto da população a ser beneficiada.

O Quadro 11 indica que as ações de educação ambiental abrangeram 13.883 participantes, enquanto as iniciativas de promoção da economia circular tiveram a participação de 17.727 pessoas e que a população beneficiada pelas diferentes intervenções chega a cerca de 85.000 pessoas, o que soma um total de cerca de 116.610 pessoas.

**Quadro 11 – Execução do Eixo “ambiente valorização do espaço público”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado)**

Medidas	Indicadores	Unidade	Valor esperado até 2025	Valor executado até 2023	% de execução
Ações de educação ambiental	População vulnerável beneficiada por ações de requalificação urbana	nº	264.952	13.883	5,24%
Iniciativas de promoção da economia circular	População vulnerável beneficiada por ações de economia circular	nº	218.015	17.727	8,13%
Intervenção de requalificação/ substituição de redes de água, saneamento, eletricidade/iluminação pública, assim como, outras infraestruturas/instalações/equipamentos que se verifiquem necessárias ao pleno funcionamento da área de intervenção	População vulnerável beneficiada por ações de requalificação urbana	nº	129.083	80.000	61,98%
Intervenções de melhoria do ambiente urbano	População vulnerável beneficiada por ações de requalificação urbana	nº	293.306	0	0%
Intervenções de promoção da melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada	População vulnerável beneficiada por ações de requalificação urbana	nº	87.184	0	0%
Intervenções de promoção da mobilidade suave	População vulnerável beneficiada por ações de requalificação urbana	nº	283.964	0	0%

Medidas	Indicadores	Unidade	Valor esperado até 2025	Valor executado até 2023	% de execução
Intervenções de qualificação do espaço público ou espaços comuns de edifícios residenciais	População vulnerável beneficiada por ações de requalificação urbana	n.º	194.318	5.000	2,57%
<b>Total</b>		<b>n.º</b>	<b>1.470.822</b>	<b>116.610</b>	<b>7,93%</b>

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.1.2. Eixo cultura e criatividade

O eixo “cultura e criatividade” contempla medidas que promovem e incentivam a realização e consolidação de práticas culturais e artísticas, bem como o desenvolvimento de competências relacionadas com a criatividade na população desfavorecida. O financiamento aprovado para este eixo perfaz o montante de 10.817.466,72 €.

Do conjunto dos 120 projetos associadas a este eixo, 92 foram iniciadas em 2023, com a realização de 556 ações de dinamização de práticas artísticas e culturais, 42 ações de intermediação para o desenvolvimento de competências e 2 ações de promoção da criatividade.

Além disso, foram desenvolvidos 26 diagnósticos de reconhecimento de talentos culturais, 39 projetos de acesso à cultura e à arte, 10 projetos inovadores de coesão social e a requalificação de um equipamento cultural, tudo relevado no quadro a seguir. Isto representa uma percentagem de realização na ordem de 27,46% do que foi planeado.

#### Quadro 12 – Execução do Eixo “cultura e criatividade”, em 31.12.2023 (indicadores de realização)

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações de dinamização de práticas artísticas e culturais em particular, iniciativas que permitam o envolvimento direto em experiências artísticas/culturais, não exclusivamente como espetadores, mas como participantes ativos na criação ou coprodução	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	n.º	879	556	63,25%
Ações de intermediação que favorecem o desenvolvimento de atitudes e capacidades de aprendizagem, com vista à aquisição de competências básicas, pessoais e sociais, recorrendo designadamente à inclusão de conteúdos e ou práticas artísticas e culturais	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	n.º	648	42	6,48%
Ações de promoção de criatividade	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	n.º	125	2	1,60%
Diagnósticos de reconhecimento e validação dos talentos culturais, artístico e criação de programas de dinamização cultural e artística para jovens	Programas de dinamização cultural e artística para jovens	n.º	336	26	7,74%
Instalação ou requalificação de equipamentos culturais	Equipamentos culturais criados ou beneficiados	n.º	14	1	7,14%
Projetos inovadores que aumentam a coesão social e os sentimentos de pertença à comunidade através de participação cultural e artística	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	n.º	319	10	3,13%
Projetos que concorram para a melhoria do acesso à cultura e à arte, nomeadamente através da supressão de obstáculos ao nível da	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	n.º	111	39	35,14%

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
comunicação e da programação em espaços, equipamentos e eventos culturais					
Projetos que tenham como objetivo promover a elaboração e a divulgação de conteúdos culturais digitais acessíveis a pessoas com deficiências e incapacidades e ou a grupos excluídos ou socialmente desfavorecidos	Ações de promoção de criatividade e dinamização cultural realizada	nº	30	0	0%

Fonte: AML (2024)

Os resultados obtidos no eixo “cultura e criatividade” sinalizam um total de 10.352 pessoas abrangidas pelas iniciativas desenvolvidas, o que representa 4,89% do planeado. Quase metade destas pessoas (5.000) foi beneficiada pela requalificação de equipamentos culturais, enquanto 5.352 pessoas foram beneficiadas por ações de dinamização cultural e artística, conforme se observa no Quadro 13.

**Quadro 13 – Execução do Eixo “cultura e criatividade”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado)**

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações de dinamização de práticas artísticas e culturais em particular, iniciativas que permitam o envolvimento direto em experiências artísticas/culturais, não exclusivamente como espetadores, mas como participantes ativos na criação ou coprodução	População vulnerável beneficiada por ações de dinamização cultural e artística	nº	77.221	4.171	5,40%
Ações de intermediação que favorecem o desenvolvimento de atitudes e capacidades de aprendizagem, com vista à aquisição de competências básicas, pessoais e sociais, recorrendo designadamente à inclusão de conteúdos e ou práticas artísticas e culturais	População vulnerável beneficiada por ações de dinamização cultural e artística	nº	20.101	17	0,08%
Ações de promoção de criatividade	População vulnerável beneficiada por ações de dinamização cultural e artística	nº	12.680	15	0,12%
Diagnósticos de reconhecimento e validação dos talentos culturais, artístico e criação de programas de dinamização cultura e artística para jovens	População vulnerável beneficiada por ações de dinamização cultural e artística	nº	1.981	185	9,34%
Instalação ou requalificação de equipamentos culturais	População vulnerável com acesso a equipamento cultural	nº	73.283	5.000	6,82%
Projetos inovadores que aumentam a coesão social e os sentimentos de pertença à comunidade através de participação cultural e artística	População vulnerável beneficiada por ações de dinamização cultural e artística	nº	9.693	694	7,16%
Projetos que concorram para a melhoria do acesso à cultura e à arte, nomeadamente através da supressão de obstáculos ao nível da comunicação e da programação em espaços, equipamentos e eventos culturais	População vulnerável beneficiada por ações de dinamização cultural e artística	nº	13.877	270	1,95%
Projetos que tenham como objetivo promover a elaboração e a divulgação de conteúdos culturais digitais acessíveis a pessoas com deficiências e incapacidades e ou a grupos excluídos ou socialmente desfavorecidos	População vulnerável beneficiada por ações de dinamização cultural e artística	nº	2.705	0	0%
<b>Total</b>		<b>n.º</b>	<b>211.541</b>	<b>10.352</b>	<b>4,89%</b>

Fonte: AML (2024)



#### 4.1.1.3. Eixo educação

O eixo “educação” engloba medidas de capacitação, de promoção do sucesso educativo, de combate ao insucesso e abandono escolar e a instalação ou requalificação de equipamentos educativos. O financiamento aprovado para este eixo foi de 18.291.160,18 €.

Dos 103 projetos que contribuem para a promoção da educação, 86 tiveram início em 2023. Conforme apresentado no Quadro 14, a percentagem de realização foi de 34,82%, tendo-se concretizado 579 projetos de combate ao insucesso e abandono escolar, 512 ações de promoção do sucesso educativo e 17 ações de capacitação para os profissionais das escolas.

**Quadro 14 – Execução do Eixo “Educação”, em 31.12.2023 (indicadores de realização)**

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações de capacitação de escolas e dos seus profissionais	Equipamentos educativos criados ou beneficiados	nº	85	17	20,00%
Ações de promoção do sucesso educativo e da recuperação de aprendizagens	Equipamentos educativos criados ou beneficiados	nº	1.533	512	33,40%
Instalação ou requalificação de equipamentos educativos (ensino básico e pré-escolar)	Equipamentos educativos criados ou beneficiados	nº	15	0	0,00%
Projetos de combate ao insucesso e abandono escolares com envolvimento das comunidades educativas	Projetos de combate ao insucesso e abandono escolar realizados	nº	1.549	579	37,38%

Fonte: AML (2024)

A concretização destas ações beneficiou cerca de 23.845 pessoas, o que representa 19,37% da população alvo das operações na área da educação, como referido no quadro seguinte. Em termos detalhados, foram capacitados 321 profissionais escolares, foram beneficiados 17.065 estudantes com ações de promoção do sucesso educativo e da recuperação de aprendizagens e 6.459 pessoas da comunidade escolar participaram de projetos de combate ao insucesso e abandono escolar, incluindo neste número familiares e responsáveis.

**Quadro 15 – Execução do Eixo “Educação”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado)**

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações de capacitação de escolas e dos seus profissionais	Participantes (profissionais escolares) em ações de capacitação	nº	991	321	32,39%
Ações de promoção do sucesso educativo e da recuperação de aprendizagens	População vulnerável beneficiada por ações de promoção do sucesso educativo	nº	20.519	17.065	83,17%
Instalação ou requalificação de equipamentos educativos (ensino básico e pré-escolar)	População vulnerável beneficiada com a ampliação/requalificação da rede de equipamentos educativos	nº	56.765	0	0,00%
Projetos de combate ao insucesso e abandono escolares com envolvimento das comunidades educativas	População escolar beneficiada por projetos de combate ao insucesso e abandono escolar	nº	44.815	6.459	14,41%
<b>Total</b>			<b>123.090</b>	<b>23.845</b>	<b>19,37%</b>

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.1.4.. Eixo cidadania e empoderamento da comunidade

Os 93 projetos aprovados no eixo “cidadania e empoderamento das comunidades”, enquadram-se em medidas de capacitação, sensibilização, promoção, intermediação, apoio e reforço de iniciativas voltadas para o fortalecimento da cidadania ativa, o acesso aos direitos e a participação e governança social por parte das comunidades desfavorecidas, além de iniciativas de promoção da segurança e de prevenção das diferentes formas de violência. O montante de financiamento neste eixo é de 6.633.915,63 €.

Neste sentido, foram realizadas 778 iniciativas em 2023, o que representa 16,01% do total planeado, conforme se verifica no Quadro 16. Destacam-se as 513 ações de apoio para resolução de situações críticas de nacionalidade e de acesso a serviços públicos, 99 ações de sensibilização e divulgação de projetos de cidadania ativa, 66 ações de capacitação e 52 ações de promoção da cidadania ativa, além de 33 diagnósticos de necessidades de programa de literacia de adultos e 20 iniciativas de promoção de segurança e prevenção de violência.

**Quadro 16 – Execução do Eixo “cidadania e empoderamento das comunidades”, em 31.12.2023 (indicadores de realização)**

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações de capacitação de organizações locais e grupos formais ou informais de cidadãos	Ações de capacitação de organizações e/ou grupos de cidadãos	nº	447	62	13,87%
Ações de reforço dos mecanismos de promoção da cidadania ativa e acesso aos direitos e à participação cívica	Ações de promoção da cidadania ativa realizadas	nº	239	51	21,34%
Ações de sensibilização, promoção e intermediação, bem como outras ações complementares de divulgação e implementação de projetos, de forma a habilitá-las para o exercício de uma cidadania ativa, que valorize designadamente a participação cívica, a fruição cultural e patrimonial e a responsabilidade social	Ações de sensibilização e divulgação dos projetos realizadas	nº	210	99	47,14%
Apoio à elaboração de diagnóstico das necessidades e desenvolvimento de programas de literacia de adultos, de aprendizagem da língua portuguesa e de inclusão digital	Programas de literacia de adultos e de inclusão digital realizados	nº	262	33	12,60%
Apoio aos cidadãos na identificação e resolução de situações em matéria de nacionalidade, de regularização de documentação e de acesso a serviços públicos	Ações de apoio realizadas para resolução de situação e críticas (nacionalidade e acesso a serviços públicos)	nº	3.575	513	14,35%
Estabelecimento de redes de parceria – incluindo organismos da administração central e local, associações e empresas	Parcerias estabelecidas	nº	2	0	0%
Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência	Iniciativas de promoção da segurança e prevenção de violência	nº	125	20	16,00%

Fonte: AML (2024)

As iniciativas realizadas do eixo “cidadania e empoderamento das comunidades” possibilitou que 18.419 pessoas fossem beneficiadas, o que representa 8,37% do público esperado.

Destas, a maior parcela (13.356 pessoas) foi alcançada, enquanto 4.319 pessoas foram beneficiadas por ações de capacitação, sensibilização ou promoção da cidadania ativa e 744 pessoas obtiveram acesso a serviços públicos, conforme se verifica no Quadro seguinte.

**Quadro 17 – Execução do Eixo “Cidadania e Empoderamento das Comunidades”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado)**

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações de capacitação de organizações locais e grupos formais ou informais de cidadãos	População vulnerável beneficiada por ações de capacitação organizacional	nº	36.790	435	1,18%
Ações de reforço dos mecanismos de promoção da cidadania ativa e acesso aos direitos e à participação cívica	População vulnerável beneficiada por ações de cidadania ativa	nº	37.442	1.437	3,84%
Ações de sensibilização, promoção e intermediação, bem como outras ações complementares de divulgação e implementação de projetos, de forma a habilitá-las para o exercício de uma cidadania ativa, que valorize designadamente a participação cívica, a fruição cultural e patrimonial e a responsabilidade social	População vulnerável beneficiada por ações de sensibilização e divulgação dos projetos	nº	88.828	2.025	2,28%
Apoio à elaboração de diagnóstico das necessidades e desenvolvimento de programas de literacia de adultos, de aprendizagem da língua portuguesa e de inclusão digital	População vulnerável beneficiada por ações de literacia de adultos e de inclusão digital	nº	2.605	422	16,20%
Apoio aos cidadãos na identificação e resolução de situações em matéria de nacionalidade, de regularização de documentação e de acesso a serviços públicos	População vulnerável beneficiada por ações de acesso a serviços públicos	nº	39.117	744	1,90%
Estabelecimento de redes de parceria – incluindo organismos da administração central e local, associações e empresas	Entidades que integram as redes de parceria constituídas	nº	20	0	0,0%
Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência	População vulnerável beneficiada por ações de promoção da segurança e prevenção de violência	nº	15.336	13.356	87,09%
Total		n.º	220.138	18.419	8,3%

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.1.5. Eixo emprego de economia local

O eixo “emprego de economia local” compreende um conjunto de medidas de apoio ao empreendedorismo, ao cooperativismo e às atividades em rede, visando ao desenvolvimento de oportunidades para o crescimento do volume dos negócios e da empregabilidade nos territórios em que estão situadas as comunidades desfavorecidas. Para este eixo foi aprovado um financiamento de 9.229.512,51 €.

Dos 73 projetos que concorrem para este eixo, 58 arrancaram em 2023, representando 47 ações concretizadas, o que representa 3,9% do total contratualizado. Foram desenvolvidas 16 ações de adaptação à transição digital, 15 capacitações para empregabilidade e 8 ações de formação profissional, além da criação de 6 redes de empregabilidade e 2 sistemas de experimentais de produção, aquisição e troca de bens, conforme apresenta a quadro seguinte.

**Quadro 18 – Execução do Eixo “emprego de economia local”, em 31.12.2023 (indicadores de realização)**

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações que visem o <i>upskilling</i> e <i>reskilling</i> de jovens e ativos, especialmente orientadas para adaptação à transição digital	Ações de adaptação à transição digital (jovens e ativos)	nº	376	16	4,26%

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Apoio à criação de redes entre atores públicos e privados que visem aumentar oportunidades formativas, de capacitação e de acesso ao mercado de trabalho das pessoas em situação de vulnerabilidade (por exemplo, Redes de Empregabilidade)	Redes de empregabilidade criadas	nº	19	6	31,58%
Apoio à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e com necessidades especiais	Ações associadas à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência	nº	14	0	0%
Apoio e alavancagem de novas formas de cooperativismo	Novas formas de cooperativismo implementadas	nº	3	0	0%
Capacitação e criação de emprego local	Ações de capacitação para a empregabilidade e criação do próprio emprego realizadas	nº	579	15	2,59%
Criação de espaços de incubação de atividades empreendedoras locais	Espaços de incubação criados	nº	5	0	0%
Criação de sistemas experimentais de produção, aquisição e troca de bens e serviços essenciais, designadamente caixas solidárias, moedas locais, bolsas de produtores locais	Sistemas experimentais de produção, aquisição e troca de bens implementados	nº	41	2	4,88%
Promoção da integração em ações de formação profissional que permitam a certificação dos formandos	Ações de formação profissional certificadas realizadas	nº	162	8	4,94%
Recuperação de ofícios antigos ou criação de novos	Ações associadas à recuperação de ofícios antigos ou à criação de novos	nº	6	0	0%

Fonte: AML (2024)

No tocante aos resultados obtidos no âmbito deste eixo, verifica-se que foi alcançado uma percentagem de 1,78% do montante contratado. No total 131 pessoas foram certificadas, em 2023, 108 jovens ativos participaram de ações de adaptação à transição digital e 198 entidades passaram a integrar redes de empregabilidade, conforme se observa no Quadro 19.

#### Quadro 19 – Execução do Eixo “Emprego de Economia Local”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado)

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações que visem o <i>upskilling</i> e <i>reskilling</i> de jovens e ativos, especialmente orientadas para adaptação à transição digital	Participantes (Jovens e ativos), em ações de adaptação à transição digital	nº	2.150	108	5,02%
Apoio à criação de redes entre atores públicos e privados que visem aumentar oportunidades formativas, de capacitação e de acesso ao mercado de trabalho das pessoas em situação de vulnerabilidade (por exemplo, Redes de Empregabilidade)	Entidades que integram as redes de empregabilidade	nº	485	198	40,82%
Apoio à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e com necessidades especiais	População com deficiência e com necessidades especiais integrada no mercado de trabalho	nº	105	0	0%
Apoio e alavancagem de novas formas de cooperativismo	População vulnerável beneficiada por novas formas de cooperativismo	nº	550	0	0%
Capacitação e criação de emprego local	Indivíduos empregados 1 ano após beneficiarem das ações	nº	1.118	0	0%
Criação de espaços de incubação de atividades empreendedoras locais	Atividades empreendedoras locais instaladas	nº	46	0	0%

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Criação de sistemas experimentais de produção, aquisição e troca de bens e serviços essenciais, designadamente caixas solidárias, moedas locais, bolsas de produtores locais	População vulnerável beneficiada por sistemas experimentais de produção, aquisição e troca de bens	nº	18.503	0	0%
Promoção da integração em ações de formação profissional que permitam a certificação dos formandos	População vulnerável com certificação total em ações de formação profissional certificada	nº	1.491	131	8,79%
Recuperação de ofícios antigos ou criação de novos	População vulnerável beneficiada por ações de recuperação de ofícios antigos ou criação de novos	nº	60	0	0%

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.1.6. Eixo saúde

Quanto ao eixo “saúde”, que corresponde a medidas relacionadas com as necessidades de atendimento à população e de promoção da saúde, verificou-se a aprovação de financiamento no volume de 9.505.482,43 €.

Foram iniciadas 73 das 87 operações propostas, alcançando-se uma percentagem de execução igual a 26,28%, conforme disposto no Quadro 20. Das 6.871 ações realizadas destacam-se as ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável (5.143), as ações de resposta às necessidades locais (955) e as ações de promoção de estilo de vida saudável (740).

Além disso, foram criadas 5 equipas de saúde mental comunitárias, foram criados 2 equipamentos de saúde e foram desenvolvidas 25 intervenções de promoção de saúde.

#### Quadro 20 – Execução do Eixo “saúde”, em 31.12.2023 (indicadores de realização)

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações de promoção da literacia em saúde dirigidas a não nacionais bem como a capacitação dos serviços e dos profissionais de saúde para lidar com a diversidade	Ações de promoção da literacia e capacitação em saúde	nº	17	1	5,88%
Ações de promoção da saúde comunitária e combate às dependências	Ações de promoção da saúde comunitária e combate às dependências realizadas	nº	22	0	0%
Ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável	Ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável realizadas	nº	9.581	5.143	53,68%
Ações de resposta às necessidades locais, em articulação com o Plano Local de Saúde	Ações associadas à resolução de necessidades locais (saúde)	nº	7.247	955	13,18%
Criação de equipas de saúde mental comunitárias	Equipas de saúde mental comunitárias criadas	nº	8	5	62,50%
Instalação ou requalificação de equipamentos de saúde	Equipamentos de saúde criados ou requalificados	nº	10	2	20,00%
Intervenções de promoção da saúde e de prevenção de doenças	Intervenções de promoção da saúde e de prevenção de doenças realizadas	nº	6.523	25	0,38%
Proteção da saúde e promoção de estilos de vida saudáveis	Ações de promoção de estilos de vida saudáveis	nº	2.735	740	27,06%

Fonte: AML (2024)

A concretização do conjunto destas ações em 2023 alcançou cerca de 24,98% do público previsto, correspondendo a 40.286 pessoas beneficiadas. Deste volume verifica-se que 14.981 foram beneficiadas com ações de promoção de estilo de vida saudável, 14.586 com ações de promoção do envelhecimento ativo, 7.383 com ações de resposta às necessidades de saúde, 1.902 por ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças e 1.434 por atendimentos já realizados pelas equipas de saúde mental comunitárias criadas, em conformidade com os dados apresentados no Quadro 21.

**Quadro 21 – Execução do Eixo “saúde”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado)**

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações de promoção da literacia em saúde dirigidas a não nacionais bem como a capacitação dos serviços e dos profissionais de saúde para lidar com a diversidade	População vulnerável (não nacionais) beneficiada por ações de promoção da literacia em saúde	nº	600	0	0,0%
Ações de promoção da saúde comunitária e combate às dependências	População vulnerável beneficiada por ações de promoção da saúde comunitária e combate às dependências	nº	630	0	0,0%
Ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável	População vulnerável beneficiada por ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável	nº	18.471	14.586	78,97%
Ações de resposta às necessidades locais, em articulação com o Plano Local de Saúde	População vulnerável beneficiada pela melhoria das respostas em saúde	nº	20.721	7.383	35,63%
Criação de equipas de saúde mental comunitárias	Atendimentos/ano realizados pelas equipas de saúde mental	nº	2.472	1.434	58,01%
Instalação ou requalificação de equipamentos de saúde	População vulnerável beneficiada com a ampliação/requalificação da rede de equipamentos de saúde	nº	32.563	0	0,00%
Intervenções de promoção da saúde e de prevenção de doenças	População vulnerável beneficiada por ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças	nº	63.085	1.902	3,01%
Proteção da saúde e promoção de estilos de vida saudáveis	População vulnerável beneficiada por ações de promoção de estilos de vida saudáveis	nº	22.746	14.981	65,86

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.1.7. Eixo social

O eixo “social” é aquele que concorre com um maior número de projetos a desenvolver, totalizando 203, das quais 165 arrancaram em 2023. Corresponde a um amplo conjunto de medidas que passam desde iniciativas voltadas para a prática desportiva, intervenções de promoção da coesão social, integração de pessoas com necessidades especiais, até ao desenvolvimento do empreendedorismo social. De igual modo, também possui o maior volume de recursos de investimento aprovado, na ordem de 34.539.730,21 €.

No Quadro 22 é possível verificar que foram concretizadas 2.041 ações deste eixo, de modo que se realizou 12,64% do que foi planeado. Destacam-se as 896 iniciativas culturais, desportivas ou de relevância comunitária, as 489 ações de promoção de competências pessoais e sociais e as 455 intervenções dirigidas a crianças, jovens e adultos com necessidades especiais.

**Quadro 22 – Execução do Eixo “social”, em 31.12.2023 (indicadores de realização)**

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações de promoção da inovação e empreendedorismo social	Ações de promoção da inovação e empreendedorismo social realizadas	nº	5	0	0%
Criação de redes solidárias de vizinhança e organizações de moradores, com sinalização e apoio nas necessidades mais imediatas e relevantes, tais como redes informais de apoio a pessoas dependentes, ou a seniores, organização de atividades de ocupação de tempos livres, ações de combate ao isolamento dos mais velhos e de prevenção da saúde mental	Redes solidárias de vizinhança e organizações de moradores criadas	nº	295	2	0,68%
Dinamização de equipamentos desportivos e respostas sociais	Dinamização de equipamentos desportivos e respostas sociais dinamizadas	nº	173	13	7,51%
Iniciativas culturais, desportivas ou de relevância comunitária	Iniciativas culturais, desportivas ou de relevância comunitária realizadas	nº	1.907	896	46,98
Iniciativas de prevenção e combate à exclusão social, isolamento ou abandono	Iniciativas de prevenção e combate à exclusão social, isolamento ou abandono realizadas	nº	5.037	128	2,54%
Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência	Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência realizadas	nº	325	29	8,92%
Instalação ou requalificação de equipamentos desportivos e sociais	Equipamentos desportivos e sociais criados ou requalificados	nº	71	5	7,04%
Intervenções de promoção da coesão social, de desenvolvimento de competências pessoais e sociais e cidadania	Ações de promoção de competências pessoais e sociais realizadas	nº	7.949	489	6,15%
Intervenções dirigidas a crianças, jovens e adultos com necessidades especiais	Intervenções dirigidas a crianças, jovens e adultos com necessidades especiais realizadas	nº	154	455	295,45%
Intervenções dirigidas às famílias com filhos, facilitadoras da conciliação da vida pessoal com a vida profissional e desenvolvimento de competências parentais	Ações de promoção de competências parentais e de conciliação da vida pessoal e profissional realizadas	nº	227	24	10,57%

Fonte: AML (2024)

Das ações realizadas no âmbito deste eixo beneficiaram um total de 24.128 pessoas, o que corresponde a 2,43% do total de pessoas previsto, conforme Quadro 23. Destacam-se neste eixo o número de beneficiados com as ações de dinamização de equipamentos desportivos, com 14.501 pessoas, além dos participantes em iniciativas culturais, desportivas ou de relevância comunitária, com 7.102 beneficiados.

Também se destaca a população beneficiada por ações de promoção de competências pessoais e sociais (777), por ações de prevenção e combate à exclusão social isolamento ou abandono (519), por intervenções destinadas às pessoas com necessidades especiais (434) e por ações de promoção de segurança e prevenção da violência (376).

**Quadro 23 – Execução do Eixo “social”, em 31.12.2023 (indicadores de resultado)**

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Ações de promoção da inovação e empreendedorismo social	Participantes em ações de promoção da inovação e empreendedorismo social	nº	105	0	0%

Medida	Indicador	Unidade	Programado (31.12.2025)	Executado (31.12.2023)	% de execução
Criação de redes solidárias de vizinhança e organizações de moradores, com sinalização e apoio nas necessidades mais imediatas e relevantes, tais como redes informais de apoio a pessoas dependentes, ou a seniores, organização de atividades de ocupação de tempos livres, ações de combate ao isolamento dos mais velhos e de prevenção da saúde mental	População vulnerável beneficiada pelas ações realizadas pelas redes solidárias de vizinhança e organizações de moradores	nº	2.060	150	7,28%
Dinamização de equipamentos desportivos e respostas sociais	População vulnerável beneficiada por ações de dinamização de equipamentos desportivos e de respostas sociais	nº	18.401	14.501	78,81%
Iniciativas culturais, desportivas ou de relevância comunitária	Participantes em iniciativas culturais, desportivas ou de relevância comunitária	nº	60.361	7.102	11,77%
Iniciativas de prevenção e combate à exclusão social, isolamento ou abandono	População vulnerável beneficiada por ações de prevenção e combate à exclusão social, isolamento ou abandono	nº	89.306	519	0,58%
Iniciativas de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência	População vulnerável beneficiada por ações de promoção da segurança e prevenção das diferentes formas de violência	nº	8.967	376	4,19%
Instalação ou requalificação de equipamentos desportivos e sociais	População vulnerável com acesso a equipamentos desportivos e sociais	nº	609.565	99	0,02%
Intervenções de promoção da coesão social, de desenvolvimento de competências pessoais e sociais e cidadania	População vulnerável beneficiada por ações de promoção de competências pessoais e sociais	nº	202.995	777	0,38%
Intervenções dirigidas a crianças, jovens e adultos com necessidades especiais	Crianças, jovens e adultos com necessidades especiais alvo de intervenções específicas de apoio	nº	789	434	55,01%
Intervenções dirigidas às famílias com filhos, facilitadoras da conciliação da vida pessoal com a vida profissional e desenvolvimento de competências parentais	Famílias (com filhos) beneficiadas por ações de promoção de competências parentais	nº	664	170	25,60%

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.2. Implementação do subinvestimento por Intervenção Territorial

A execução financeira à data de 31.12.2023 era de 20% do financiamento total programado em resultado dos dois desembolsos efetuados aos beneficiários finais a título de adiantamento (Quadro 24), um primeiro de 12%, aquando do início da implementação das OIL, e outro no último trimestre de 2023. Releve-se, que dada a natureza das entidades e territórios a realização destes adiantamentos é essencial para que a realização dos projetos se faça de forma contínua e sem interrupções.

Na mesma data tinham sido submetidos pedidos de pagamento no montante de 809.001,35 €. A baixa execução efetiva por parte dos beneficiários finais devia-se então às dificuldades no acesso ao sistema de informação do PRR e aos atrasos verificados com o início da implementação das operações, esperando-se uma rápida aceleração da absorção do financiamento ao longo de 2024.

Quadro 24 – Execução financeira por Intervenção Territorial, em 31.12.2023

	A	B	C	D	[B/A] x 100
--	---	---	---	---	-------------



Intervenção Territorial	Total Financiamento Aprovado [€ - EUR]	Adiantamento [€ - EUR]	Despesa submetida em pedidos de pagamento [€ - EUR]	Pedidos de pagamento pagos [€ - EUR]	Taxa de execução [%]
Arco Ribeirinho Sul - Nascente	16 341 299,30 €	3 268 259,88 €	96 766,89 €	22 096,22 €	20%
Arco Ribeirinho Sul - Poente	18 293 904,20 €	3 658 780,84 €	154 421,34 €	- €	20%
Grande Lisboa Central	22 353 390,19 €	4 470 678,04 €	136 319,56 €	33 480,65 €	20%
Grande Lisboa Norte e Nascente	20 357 762,20 €	4 071 552,44 €	75 787,11 €	- €	20%
Grande Lisboa Poente	23 026 207,01 €	4 605 241,40 €	142 005,12 €	- €	20%
Península de Setúbal Sul	18 488 819,74 €	3 697 763,95 €	203 701,33 €	- €	20%
<b>Total</b>	<b>118 861 382,64 €</b>	<b>23 772 276,55 €</b>	<b>809 001,35 €</b>	<b>55 576,87 €</b>	<b>20%</b>

Fonte: AML (2024)

Todavia, a execução financeira alcançada estava a permitir um importante avanço nos indicadores de realização e de resultados das diversas Intervenções Territoriais.

É importante relembrar que os números apresentados representam diferentes unidades de medida, devendo ser considerados apenas para efeito de verificação do esforço empreendido pelas Intervenções Territoriais e pelas OIL para realizar os seus projetos, bem como a extração dos resultados alcançados até 2023 em confronto com o esperado até 2025.

Neste sentido, adotou-se o mesmo critério anteriormente explicitado, ou seja, representou-se apenas as pessoas beneficiadas como indicador de resultado, de modo a possibilitar a comparação entre as Intervenções Territoriais.

#### Quadro 25 – Indicadores de resultado por Intervenção Territorial, em 31.12.2023

Intervenção Territorial	Pessoas a serem beneficiadas até 2025 [n°]	Pessoas beneficiadas até 2023 [n°]	Execução física [%]
Arco Ribeirinho Sul - Nascente	302.244	82.690	27,36%
Arco Ribeirinho Sul - Poente	242.236	2.260	0,93%
Grande Lisboa Central	273.459	12.307	4,50%
Grande Lisboa Norte e Nascente	269.206	5.084	1,89%
Grande Lisboa Poente	1.659.881	122.107	7,36%
Península de Setúbal Sul	457.023	9.431	2,06%
<b>Total</b>	<b>3.204.049</b>	<b>233.879</b>	<b>7,30%</b>

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.2.1. Grande Lisboa Área Central

A Intervenção Territorial da Grande Lisboa Área Central abrange os concelhos de Lisboa, Amadora e Odivelas estando a sua ação focalizada nas comunidades desfavorecidas de seis freguesias específicas onde a exclusão social assume maior incidência: Lumiar, Marvila, Santa Clara, Encosta do Sol, Mina de Água e Pontinha-Famões.

Em cada uma destas freguesias está a ser implementada uma OIL (Quadro 26), contemplando um financiamento total aprovado de 22.353.390,19€, que permitem de forma integrada realizar 86 projetos que estão enquadrados em cada um dos seis Plano de Ação.

#### Quadro 26 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Grande Lisboa Área Central

Operação Integrada Local		Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Lisboa	Lumiãr	13	2.751.930,84€
	Marvila	15	3.122.980,32€
	Santa Clara	13	3.981.360,43€
Amadora	Encosta do Sol	17	3.049.800,00€
	Mina de Água	16	3.380.688,00€
Odivelas	Pontinha-Famões	12	6.066.630,60€
<b>Total Grande Lisboa Central</b>		<b>86</b>	<b>22.353.390,19€</b>

Fonte: AML (2024)

Os resultados obtidos até 31.12.2023 indicam que os projetos ainda estão em fase de arranque. O quadro seguinte apresenta a relação entre o número de pessoas a serem beneficiadas até o fim da execução do subinvestimento e aquelas que já receberam benefícios dos projetos da Intervenção Territorial Grande Lisboa Área Central. É possível observar que 4,50% do público-alvo foi alcançado neste primeiro período de execução física dos projetos.

#### Quadro 27 – Execução da Intervenção Territorial Grande Lisboa Central (Indicador de resultado)

Operação Integrada Local		Pessoas a serem beneficiadas até 2025 [nº]	Pessoas beneficiadas até 2023 [nº]	Execução física [%]
Lisboa	Lumiãr	51.760	922	1,78%
	Marvila	44.456	1.998	4,49%
	Santa Clara	13.019	1.740	13,37%
Amadora	Encosta do Sol	35.177	3.298	9,38%
	Mina de Água	40.372	3.345	8,29%
Odivelas	Pontinha-Famões	88.675	1.004	1,13%
<b>Total Grande Lisboa Central</b>		<b>273.459</b>	<b>12.307</b>	<b>4,50%</b>

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.2.2. Grande Lisboa Poente

A Intervenção Territorial Grande Lisboa Poente é composta pelos concelhos de Cascais, Sintra e Oeiras, e pelas OIL de Alcabideche, São Domingos de Rana, Agualva Mira Sintra, Algueirão Mem Martins, Queluz Belas, Carnaxide Queixas e Porto Salvo. O Quadro 28 mostra o investimento aprovado para esta Intervenção Territorial, no montante de 23.026.207,01€, distribuído por 185 projetos.

#### Quadro 28 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Grande Lisboa Poente

Operação Integrada Local		Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Sintra	Aqualva Mira Sintra	48	2 750 000,00 €
	Algueirão Mem Martins	47	4 000 000,00 €
	Queluz Belas	50	2 940 679,70 €
Oeiras	Carnaxide Queijas	12	3 554 386,63 €
	Porto Salvo	8	2 858 951,58 €
Cascais	Alcabideche	9	3 031 342,10 €
	São Domingos de Rana	11	3 890 847,00 €
<b>Total Grande Lisboa Poente</b>		<b>185</b>	<b>23 026 207,01 €</b>

Fonte: AML (2024)

O Quadro 29 mostra que o esforço para alcançar o público-alvo dos projetos da Intervenção Territorial Grande Lisboa Poente ainda se encontrava em estado inicial. Foram beneficiadas 7,36% das pessoas que se espera alcançar ao final da execução dos projetos, ainda que se verifique que algumas OIL já tenham obtido resultados significativos.

#### Quadro 29 – Execução Intervenção Territorial Grande Lisboa Poente (Indicador de resultado)

Operação Integrada Local		Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]	Execução física [%]
Sintra	Aqualva Mira Sintra	733.189	95.953	13,09%
	Algueirão Mem Martins	606.557	13.100	2,16%
	Queluz Belas	301.843	6.220	2,06%
Oeiras	Carnaxide Queijas	4.912	4.424	90,07%
	Porto Salvo	2.846	807	28,36%
Cascais	Alcabideche	7.512	461	6,14%
	São Domingos de Rana	3.022	1.142	37,79%
<b>Total Grande Lisboa Poente</b>		<b>1.659.881</b>	<b>122.107</b>	<b>7,36%</b>

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.2.3. Arco Ribeirinho Sul – Poente

Os concelhos de Almada, Barreiros e Seixal são abrangidos pela Intervenção Territorial Arco Ribeirinho Sul Poente, estando a atuação a ocorrer em através das OIL Caparica Trafaria, Costa da Caparica, UF Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena, Amora e Seixal, Arrentela e Aldeia Paio Pires. O financiamento aprovado para esta Intervenção Territorial alcança os 18.293.904,20€, tendo em vista a implementação de 95 projetos, conforme o Quadro 30.

#### Quadro 30 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Arco Ribeirinho Sul Poente

Operação Integrada Local		Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Seixal	Amora	16	3 019 750,00 €
	UF Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires	15	3 302 168,20 €
Almada	Caparica - Trafaria	23	3 721 986,00 €
	Costa da Caparica	29	2 750 000,00 €
Barreiro	UF Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena	12	5 500 000,00 €
<b>Total Arco Ribeirinho Sul Poente</b>		<b>95</b>	<b>18 293 904,20 €</b>

Fonte: AML (2024)

Como se mostra no Quadro 31, os projetos da Intervenção Territorial Arco Ribeirinho Sul Poente estão no início de seu desenvolvimento. O número de pessoas beneficiadas com as ações dos projetos alcançou até 31.12.2023 apenas 0,93% do número esperado para o final de 2025.

#### Quadro 31 – Execução da Intervenção Territorial Arco Ribeirinho Sul Poente (Indicador de resultado)

Operação Integrada Local		Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]	Execução física [%]
Seixal	Amora	9.274	877	9,46%
	UF Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires	9.145	872	9,54%
Almada	Caparica - Trafaria	110.732	187	0,17%
	Costa da Caparica	4.140	0	0%
Barreiro	UF Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena	108.945	324	0,30%
<b>Total Arco Ribeirinho Sul Poente</b>		<b>242.236</b>	<b>2.260</b>	<b>0,93%</b>

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.2.4. Arco Ribeirinho Sul – Nascente

A Intervenção Territorial Arco Ribeirinho Sul Nascente abrange os concelhos de Alcochete, Moita e Montijo, e está a ser concretizada através de operações integradas em cinco freguesias: Alcochete Bairro do Passil, Alhos Velhos, Fonte da Prata e Moita, Vale da Amoreira - Baixa da Banheira, UF Pegões e Canha, e UF Montijo e Afonsoeiro. O montante total de financiamento aprovado é de 16.341.299,30€ tendo em vista a implementação de 62 projetos (Quadro 32).

#### Quadro 32 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Arco Ribeirinho Sul Nascente

Operação Integrada Local		Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Alcochete	Alcochete - Bairro do Passil	16	4.838.490,30€
Moita	Alhos Vedros, Fonte da Prata e Moita	14	2.750.000,00€
	Vale da Amoreira - Baixa da Banheira	17	2.750.000,00€
Montijo	UF Montijo e Afonsoeiro	8	3.252.809,00€
	UF Pegões e Canha	7	2.750.000,00€
<b>Total Arco Ribeirinho Sul Nascente</b>		<b>62</b>	<b>16.341.299,30€</b>

Fonte: AML (2024)

Os projetos em algumas OIL desta Intervenção Territorial ainda estão por se iniciar. No entanto, considerando o conjunto das OIL, é possível verificar que o grupo alvo alcançado era já de 27,36% do esperado até o final da execução (Quadro 33).

**Quadro 33 – Execução da Intervenção Territorial Arco Ribeirinho Sul Nascente (Indicador de resultado)**

Operação Integrada Local		Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]	Execução física [%]
Alcochete	Alcochete - Bairro do Passil	212.286	79.436	37,42%
Moita	Alhos Vedros, Fonte da Prata e Moita	18.881	25	0,13%
	Vale da Amoreira - Baixa da Banheira	63.973	50	0,08%
Montijo	UF Montijo e Afonsoeiro	2.542	1.914	75,30%
	UF Pegões e Canha	4.562	1.265	27,73%
<b>Total Arco Ribeirinho Sul Nascente</b>		<b>302.244</b>	<b>82.690</b>	<b>27,36%</b>

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.2.5. Península de Setúbal Sul

Os concelhos de Palmela, Sesimbra e Setúbal são abrangidos pela Intervenção Territorial Península de Setúbal Sul que é definida por 4 OIL: UF Poceirão Marateca, Castelo, Quinta do Conde e UF Setúbal. Os 113 projetos aprovados em 31.12.2023 implicam um financiamento de 18.488.819,74€, conforme apresentado no Quadro seguinte.

**Quadro 34 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Península de Setúbal Sul**

Operação Integrada Local		Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Sesimbra	Castelo	21	2.750.000,00€
	Quinta do Conde	20	2.750.000,00€
Setúbal	Setúbal - União de Freguesias de Setúbal	14	6.392.639,81€
Palmela	UF Poceirão-Marateca	58	6.596.179,93€
<b>Total Península de Setúbal Sul</b>		<b>113</b>	<b>18.488.819,74€</b>

Fonte: AML (2024)

A generalidade dos projetos desta Intervenção estavam em 31.12.2023 num estado inicial, tendo alcançando ainda pouca expressão junto do grupo alvo. As pessoas beneficiadas até ao período de corte eram apenas 2,06% do objetivo total, conforme apresentado no Quadro 35.

**Quadro 35 – Execução da Intervenção Territorial Península de Setúbal Sul (Indicador de resultado)**

Operação Integrada Local		Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]	Execução física [%]
Sesimbra	Castelo	46.817	2.628	5,61%

	Quinta do Conde	43.734	2.521	5,76%
Setúbal	Setúbal - União de Freguesias de Setúbal	147.080	0	0%
Palmela	UF Poceirão-Marateca	219.392	4.282	1,95%
<b>Total Península de Setúbal Sul</b>		<b>457.023</b>	<b>9.431</b>	<b>2,06%</b>

Fonte: AML (2024)

#### 4.1.2.6. Grande Lisboa Norte e Nascente

A Intervenção Territorial Grande Lisboa Norte e Nascente incide sobre os concelhos de Loures, Mafra e Vila Franca de Xira, com enfoque nas freguesias onde concentra com maior expressão população em situação de privação económica: UF Camarate, Unhos e Apelação, UF Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, Milharado e Vialonga. O montante de financiamento destinado a esta Intervenção Territorial é de 20.357.762,20€, distribuído por 95 projetos, conforme o Quadro 36.

**Quadro 36 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial Grande Lisboa Norte e Nascente**

Operação Integrada Local		Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Mafra	Milharado	22	6.123.552,90€
Loures	UF Camarate, Unhos e Apelação	28	4.332.844,86€
	UF Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela	22	2.956.751,44€
Vila Franca de Xira	Vialonga	23	6.944.613,00€
<b>Total Grande Lisboa Norte e Nascente</b>		<b>95</b>	<b>20.357.762,20€</b>

Fonte: AML (2024)

Até 31.12. 2023, o conjunto de projetos da Intervenção Territorial Grande Lisboa Norte e Nascente conseguiu beneficiar 1,89% da totalidade do grupo alvo definido. O Quadro seguinte apresenta com detalhe o desempenho de cada OIL.

**Quadro 37 – Execução da Intervenção Territorial Intervenção Territorial Grande Lisboa Norte e Nascente (Indicador de resultado)**

Operação Integrada Local		Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]	Execução física [%]
Mafra	Milharado	10.957	1.469	13,41%
Loures	UF Camarate, Unhos e Apelação	7.651	1.701	22,23%
	UF Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela	15.040	1.554	10,33%
Vila Franca de Xira	Vialonga	235.558	360	0,15%
<b>Total Grande Lisboa Norte e Nascente</b>		<b>269.206</b>	<b>5.084</b>	<b>1,89%</b>

Fonte: AML (2024)

### 4.1.3. Implementação do investimento por objetivos PRR

Conforme descrito no ponto 3.1.3, o subinvestimento está alinhado com os objetivos fixados no PRR para este investimento. As medidas e os indicadores também podem ser agrupados de acordo com os objetivos do PRR. O Quadro 38 apresenta o financiamento aprovado por Intervenção Territorial de acordo com esta agregação.

**Quadro 38 – Financiamento aprovado, por objetivo PRR, em 31.12.2023**

Intervenção Territorial	Arco Ribeirinho Sul - Nascente	Arco Ribeirinho Sul - Poente	Grande Lisboa Central	Grande Lisboa Norte e Nascente	Grande Lisboa Poente	Península de Setúbal Sul	Total
Objetivo 1	1.709.477,33 €	1.228.122,50 €	2.299.803,20 €	2.369.633,25 €	1.853.550,94 €	1.914.449,01 €	11.375.036,23 €
Objetivo 2	4.004.324,90 €	5.593.616,00 €	4.322.800,56 €	7.065.405,88 €	5.525.697,92 €	6.433.973,74 €	32.945.819,00 €
Objetivo 3	1.614.300,00 €	3.354.897,52 €	2.818.023,53 €	491.767,44 €	3.202.179,37 €	1.324.432,06 €	12.805.599,92 €
Objetivo 4	1.776.221,49 €	126.300,00 €	2.050.854,37 €	313.875,00 €	325.086,14 €	532.000,00 €	5.124.337,00 €
Objetivo 5	336.461,00 €	404.425,50 €	1.023.347,47 €	1.094.005,01 €	761.779,77 €	258.074,56 €	3.878.093,31 €
Objetivo 6	364.531,50 €	338.317,39 €	521.837,78 €	254.551,68 €	533.418,97 €	94.250,54 €	2.106.907,86 €
Objetivo 7	545.367,23 €	1.553.031,23 €	1.054.933,14 €	2.728.059,92 €	2.018.332,73 €	2.154.556,48 €	10.054.280,73 €
Objetivo 8	506.954,15 €	433.641,94 €	656.752,98 €	284.002,44 €	1.453.722,04 €	614.750,01 €	3.949.823,56 €
Objetivo 9	202.120,57 €	31.713,75 €	226.253,06 €	30.000,00 €	368.388,41 €	31.250,00 €	889.725,79 €
Objetivo 10	396.286,67 €	117.860,00 €	346.063,78 €	156.375,00 €	190.768,20 €	81.000,00 €	1.288.353,65 €
Objetivo 11	220.899,00 €	1.587.285,33 €	978.643,36 €	684.810,73 €	480.422,13 €	860.000,00 €	4.812.060,55 €
Objetivo 12	454.448,50 €	493.251,67 €	786.432,93 €	871.018,95 €	1.262.900,04 €	689.083,35 €	4.557.135,44 €
Objetivo 13	217.242,81 €	141.963,77 €	628.111,59 €	684.636,64 €	551.578,78 €	391.250,00 €	2.614.783,59 €
Objetivo 14	596.686,34 €	735.328,29 €	957.069,18 €	346.252,35 €	1.309.691,60 €	558.500,00 €	4.503.527,76 €
Objetivo 15	1.555.514,81 €	823.553,76 €	1.498.753,43 €	1.276.442,86 €	773.210,24 €	1.029.208,33 €	6.956.683,43 €
Objetivo 16	1.840.463,00 €	1.330.595,55 €	2.183.709,83 €	1.706.925,05 €	2.415.479,73 €	1.522.041,66 €	10.999.214,82 €
<b>Total</b>	<b>16.341.299,30 €</b>	<b>18.293.904,20 €</b>	<b>22.353.390,19 €</b>	<b>20.357.762,20 €</b>	<b>23.026.207,01 €</b>	<b>18.488.819,74 €</b>	<b>118.861.382,64 €</b>

Fonte: AML (2024)

Embora, no que respeita à execução física, seja possível associar os indicadores de realização aos objetivos PRR é importante destacar que estes indicadores podem contribuir para mais de um objetivo o que exige a normalização dos números apresentados. Também é importante destacar que, por se considerarem diferentes medidas e unidades de medida, não existe uma unidade comum de medida, existindo novamente a necessidade de normalização.

Assim, e considerando os objetivos do plano de beneficiar pessoas em comunidades desfavorecidas, optou-se por representar exclusivamente os indicadores de resultados que se relacionem com estas pessoas, o que é apresentado no Quadro 39, considerando os valores previstos para 2025 e aqueles concretizados até 2023 por objetivo PRR e Intervenção Territorial. Ainda assim, deve ser considerada a possibilidade de extrapolação dos dados, uma vez que uma mesma pessoa pode ser beneficiada por mais de uma ação no campo.

Quadro 39 – Indicadores de resultado, por objetivo PRR, em 31.12.2023

Intervenção Territorial		Arco Ribeirinho Sul - Nascente	Arco Ribeirinho Sul - Poente	Grande Lisboa Central	Grande Lisboa Norte e Nascente	Grande Lisboa Poente	Península de Setúbal Sul	Total
Objetivo 1	Previsto	57.841	37.504	36.574	15.385	523.573	52.916	723.793
	Realizado	22.567	437	3.755	286	18.395	1.925	47.365
Objetivo 2	Previsto	51.033	99.930	15.583	143.192	512.220	102.914	924.872
	Realizado	0	12	0	0	47.517	230	<b>47.757</b>
Objetivo 3	Previsto	14.774	58.039	9.372	42.524	153.978	26.671	<b>303.358</b>
	Realizado	0	0	0	0	42.500	0	<b>42.500</b>
Objetivo 4	Previsto	571	64	2.391	10.725	380	523	<b>14 654</b>
	Realizado	22	0	30	0	21	0	<b>73</b>
Objetivo 5	Previsto	20.862	5.925	21.879	5.111	5.663	7.755	<b>67.193</b>
	Realizado	7.771	566	3.742	48	157	924	<b>13.207</b>
Objetivo 6	Previsto	13.567	651	46.529	688	2.025	321	<b>63.780</b>
	Realizado	10.103	114	41	170	365	260	<b>11.053</b>
Objetivo 7	Previsto	32.293	17.485	1.471	7.407	3.828	10.216	<b>72.700</b>
	Realizado	17.691	271	517	1.508	3.119	944	<b>24.050</b>
Objetivo 8	Previsto	5.304	1.031	7.045	945	50.306	20.817	<b>85.449</b>
	Realizado	2.283	50	291	13	468	394	<b>3.500</b>
Objetivo 9	Previsto	370	169	301	64	225	2.369	<b>3.497</b>
	Realizado	37	14	22	0	92	0	<b>165</b>
Objetivo 10	Previsto	318	44	1.201	51	289	13	<b>1.915</b>
	Realizado	21	0	0	0	0	0	<b>21</b>
Objetivo 11	Previsto	26.880	7.780	9.205	7.203	4.025	74 237	<b>129.329</b>
	Realizado	307	208	1.923	797	1 066	887	<b>5.188</b>
Objetivo 12	Previsto	1.987	3.655	16.074	5.982	50.925	37.044	<b>115.667</b>
	Realizado	167	162	264	840	3.001	985	<b>5.420</b>
Objetivo 13	Previsto	5.890	1.509	3.647	3.677	3.335	13.802	<b>31.860</b>
	Realizado	2.227	77	265	357	1.372	304	<b>4.602</b>
Objetivo 14	Previsto	952	2.342	64.091	640	66.049	35.821	<b>169.894</b>
	Realizado	290	150	523	107	324	838	<b>2.232</b>
Objetivo 15	Previsto	28.840	1.689	9.726	11.227	106.969	20.100	<b>178.550</b>
	Realizado	3.441	85	21	434	1.483	530	<b>5.995</b>
Objetivo 16	Previsto	40.763	4.421	28.372	14.386	176.091	51.505	<b>315.537</b>
	Realizado	15.762	114	912	524	2.229	1.211	<b>20.751</b>
TOTAL	Previsto	<b>302.244</b>	<b>242.236</b>	<b>273.459</b>	<b>269.206</b>	<b>1.659.881</b>	<b>457.023</b>	<b>3.204.049</b>
	Realizado	<b>82.690</b>	<b>2.260</b>	<b>12.307</b>	<b>5.084</b>	<b>122.107</b>	<b>9.432</b>	<b>233.879</b>

Fonte: AML (2024)



## 4.2. Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto

### 4.2.1. Implementação do investimento por Intervenção Territorial

No âmbito do Subinvestimento - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto foram contratadas, até 31.12.2023, 194 operações individuais correspondentes a um financiamento de 84.4 milhões de Euros, estando em fase de contratação 67 operações, cuja candidatura foi submetida ao abrigo do 2.º aviso e que representam um montante de financiamento de 34.6 milhões de euros (Quadro 40).

Tal como previsto no contrato de financiamento celebrado entre a EMRP e AMP, foi recebido pela AMP, na qualidade de beneficiário intermediário, a título de adiantamento, o montante de 15.795.000,00€ que representa 13% do valor total do investimento (121.500.000,00€).

**Quadro 40 – Execução financeira por Intervenção Territorial, em 31.12.2023**

Intervenção Territorial	A	B	C	D	E	F	G
	Valor do investimento total previsto nos PAOITI (€)	Valor do investimento dos projetos candidatados (€)	Valor do investimento contratado (€)	Valor do investimento executado (€)	Taxa de contratação (%) [C/B]	Taxa de Execução (%) [D/C]	Taxa de Execução Global (%) [D/A]
AMP Sul	24.360.000,00€	24.360.000,00€	13.930.834,33€	1.009.504,88€	57%	7,2%	4,1%
AMP Centro Oriental	24.669.000,00€	24.669.000,00€	16.380.987,78€	1.781.626,40€	66%	10,9%	7,2%
AMP Centro Sul	20.265.000,00€	20.265.000,00€	12.903.436,71€	19.500,00€	64%	0,2%	0,1%
AMP Interior Norte	16.551.000,00€	16.551.000,00€	14.248.922,80€	976.720,49€	86%	6,9%	5,9%
AMP Litoral Norte	20.284.000,00€	20.284.000,00€	14.256.529,26€	1.995.973,41€	70%	14,0%	9,8%
AMP Oriental	12.893.000,00€	12.893.000,00€	12.689.673,23€	1.543.051,68€	98%	12,2%	12,0%
<b>Total</b>	<b>119.022.000,00€</b>	<b>119.022.000,00€</b>	<b>84.410.384,11€</b>	<b>7.326.376,86€</b>	<b>71%</b>	<b>8,7%</b>	<b>6,2%</b>

Fonte: AMP (2024)

Os pagamentos efetuados até 31 de dezembro de 2023 eram: adiantamentos cerca de 4.6 milhões €; pedidos de reembolso: cerca de 2.7 milhões € (4.4 milhões nesta data).

Em termos globais, a execução financeira total era de €7.326.376,86, com uma taxa de execução global de 6,2%. Estes dados refletem um progresso moderado, com variações significativas entre os diferentes territórios, indicando a necessidade de intervenções específicas para melhorar a eficiência e eficácia dos investimentos.

#### 4.2.1.1. AMP Centro Oriental

Até 31.12.2023 o financiamento aprovado para projetos na AMP Centro Oriental era de 16.380.987,78€, distribuído entre os concelhos do Porto e Gondomar. O Porto tinha recebido um

financiamento 7.241.731,87€ para a realização de 20 projetos, enquanto Gondomar recebeu 9.139.255,91€ para realizar 30 projetos (Quadro 41).

#### Quadro 41 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Centro Oriental

Concelho	Projetos Aprovados [n°]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Porto	20	7.241.731,87€
Gondomar	30	9.139.255,91€
<b>Total Centro Oriental</b>	<b>44</b>	<b>16.380.987,78€</b>

Fonte: AMP (2024)

Nesta data, o município do Porto tinha executado 1.146.726,39€ (15,8%) e o município de Gondomar 634.900,01€ (6,9%), resultando numa taxa de execução total de 10,9%. Esta discrepância entre o financiamento aprovado e a execução real sugere desafios operacionais específicos em Gondomar e a natureza das operações que limitaram a capacidade de arranque (Quadro 42).

#### Quadro 42 – Execução financeira da Intervenção Territorial AMP Centro Oriental

Concelho	Financiamento executado [€ - EUR]	Taxa de Execução [%]
Porto	1 146 726,39 €	15,8%
Gondomar	634 900,01 €	6,9%
<b>Total Centro Oriental</b>	<b>1 781 626,40 €</b>	<b>10,9%</b>

Fonte: AMP (2024)

#### 4.2.1.2. AMP Centro Sul

Na Intervenção Territorial AMP Centro Sul, a 31.12.2023, o município de Espinho tinha recebido um financiamento de 2.555.759,93€ para implementar 6 projetos e Vila Nova de Gaia um montante de 10.347.676,78€ para concretizar 12 projetos, totalizando um apoio de 12.903.436,71€ (Quadro 43).

E execução financeira, revela-se nula em Espinho (0%) e de somente 19.500,00€ em Vila Nova de Gaia (0,2%), resultando numa taxa de execução global de 0,2% (Quadro 44).

#### Quadro 43 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Centro Sul

Concelho	Projetos Aprovados [n°]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Espinho	6	2.555.759,93€
Vila Nova de Gaia	12	10.347.676,78€
<b>Total Centro Sul</b>	<b>12</b>	<b>12.903.436,71€</b>

Fonte: AMP (2024)

#### Quadro 44 – Execução financeira na Intervenção Territorial AMP Centro Sul

Concelho	Financiamento executado [€ - EUR]	Taxa de Execução [%]
Espinho	0,0€	0%
Vila Nova de Gaia	19.500,00€€	0,2%
<b>Total Centro Sul</b>	<b>19.500,00€</b>	<b>0,2%</b>

Fonte: AMP (2024)

#### 4.2.1.3. AMP Interior Norte

A Intervenção Territorial AMP Interior Norte beneficiou de um financiamento total em 31.12.2023 de 14.248.922,80€, distribuído entre o município da Maia 7.297.000,00(€), de Santo Tirso (3.183.922,80€) e da Trofa 3.768.000,00(€) (Quadro 45).

#### Quadro 45 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Interior Norte

Concelho	Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Maia	13	7.297.000,00€
Santo Tirso	11	3.183.922,80€
Trofa	14	3.768.000,00€
<b>Total Interior Norte</b>	<b>34</b>	<b>14.248.922,80€</b>

Fonte: AMP (2024)

Na data de controlo, a execução financeira tinha atingido 745.539,82€ na Maia (10,2%), 105.171,25€ em Santo Tirso (3,3%) e 126.009,42€ na Trofa (3,3%), totalizando uma execução de 976.720,49€ (6,9%) (Quadro 46).

#### Quadro 46 – Execução financeira na Intervenção Territorial AMP Interior Norte

Concelho	Financiamento executado [€ - EUR]	Taxa de Execução [%]
Maia	745.539,82€	10,2%
Santo Tirso	105.171,25€	3,3%
Trofa	126.009,42€	3,3%
<b>Total Interior Norte</b>	<b>976.720,49€</b>	<b>6,9%</b>

Fonte: AMP (2024)

#### 4.2.1.4. AMP Litoral Norte

A Intervenção Territorial AMP Litoral Norte apresentava na mesa data um financiamento total aprovado de 14.256.529,26€ distribuído por três concelhos: 7.920.033,24(€), Póvoa de Varzim 3.321.851,02(€) e Vila do Conde (3.014.645,00€) (Quadro 47).

#### Quadro 47 - Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Litoral Norte

Concelho	Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Matosinhos	19	7.920.033,24€
Póvoa de Varzim	7	3.321.851,02€
Vila do Conde	9	3.014.645,00€
<b>Total Litoral Norte</b>	<b>35</b>	<b>14.256.529,26€</b>

Fonte: AMP (2024)

A execução financeira apresentava níveis elevados no contexto global com uma execução total de 1.508.575,53€ em Matosinhos (19,0%), de 167.978,38€ na Póvoa de Varzim (5,1%) e de 319.419,50€ em Vila do Conde (10,6%), totalizando 1.995.973,41€ (14,0%) (Quadro 48).

#### Quadro 48 - Execução financeira na Intervenção Territorial AMP Litoral Norte

Concelho	Financiamento executado [€ - EUR]	Taxa de Execução [%]
Matosinhos	1.508.575,53€	19,0%
Póvoa de Varzim	167.978,38€	5,1%
Vila do Conde	319.419,50€	10,6%
<b>Total Litoral Norte</b>	<b>1.995.973,41€</b>	<b>14,0%</b>

Fonte: AMP (2024)

#### 4.2.1.5. AMP Oriental

A Intervenção Territorial AMP Oriental abrange apenas os concelhos de Paredes e Valongo que dispunham a 31.12.2023 de um financiamento total aprovado de 12.689.673,23€, distribuído entre Paredes (6.446.500,00€) e Valongo (6.243.173,23€) (Quadro 49).

#### Quadro 49 - Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Oriental

Concelho	Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Paredes	11	6.446.500,00€
Valongo	8	6.243.173,23€
<b>Total Oriental</b>	<b>19</b>	<b>12.689.673,23€</b>

Fonte: AMP (2024)

O Quadro 50 mostra uma execução financeira de 816.953,36€ em Paredes (12,7%) e 726.098,32€ em Valongo (11,6%), totalizando 1.543.051,68€ (12,2%). A elevada taxa de execução neste território reflete uma gestão eficiente e capacidade de implementação dos projetos, fazendo da AMP Oriental um exemplo de sucesso.

#### Quadro 50 – Execução financeira na Intervenção Territorial AMP Oriental

Concelho	Financiamento executado [€ - EUR]	Taxa de Execução [%]
Paredes	816.953,36€	12,7%
Valongo	726.098,32€	11,6%
<b>Total Oriental</b>	<b>1.543.051,68€</b>	<b>12,2%</b>

Fonte: AMP (2024)

#### 4.2.1.6. UTL AMP Sul

O Quadro 51 apresenta o financiamento e do número de projetos aprovados nos diferentes concelhos da Intervenção Territorial AMP Sul. Os dados revelam que Santa Maria da Feira lidera tanto em número de projetos (22) quanto no financiamento aprovado (4.859.845,18€). Arouca e São João da Madeira também recebem consideráveis financiamentos, com 3.117.980,47€ e 2.563.742,67€, respetivamente. Os menores financiamentos são observados em Oliveira de Azeméis (702.409,63€), refletindo uma menor quantidade de projetos aprovados (4).

O total de financiamento para todos os concelhos da AMP Sul atinge os 13.930.834,33€, distribuído em 50 projetos.

#### Quadro 51 – Financiamento e projetos aprovados na Intervenção Territorial AMP Sul

Concelho	Projetos Aprovados [nº]	Financiamento Aprovado [€ - EUR]
Arouca	11	3.117.980,47€
Oliveira de Azeméis	4	702.409,63€
Santa Maria da Feira	22	4.859.845,18€
São João da Madeira	8	2.563.742,67€
Vale de Cambra	9	2.686.856,38€
<b>Total Sul</b>	<b>50</b>	<b>13.930.834,33€</b>

Fonte: AMP (2024)

No que se refere à execução financeira (Quadro 52), o município de Santa Maria da Feira destaca-se com um maior volume de financiamento executado (432.283,88€) e uma taxa de execução de 8,9%. São João da Madeira segue com 252.655,87€ e a maior taxa de execução (9,9%). Arouca, embora com um financiamento considerável, apresenta uma execução de apenas 6,2%, totalizando 192.907,43€. Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis apresentam as menores execuções, com 106.975,88€ (4,0%) e 24.681,82€ (3,5%), respetivamente.

### Quadro 52 - Execução financeira na Intervenção Territorial AMP Sul

Concelho	Financiamento executado [€- EUR]	Taxa de Execução [%]
Arouca	192.907,43€	6,2%
Oliveira de Azeméis	24.681,82€	3,5%
Santa Maria da Feira	432.283,88€	8,9%
São João da Madeira	252.655,87€	9,9%
Vale de Cambra	106.975,88€	4,0%
<b>Total Sul</b>	<b>1.009.504,88€</b>	<b>7,2%</b>

Fonte: AMP (2024)

## 5. Constrangimentos e medidas adotadas

### 5.1. Constrangimentos enfrentados durante a execução

O Plano de Recuperação e Resiliência, enquanto programa de âmbito nacional e com um período de execução até 2026, apresenta-se como um mecanismo extraordinário que é utilizado pela primeira vez na história da União Europeia (UE) e que demonstra o compromisso dos Estados-Membros com o projeto europeu, baseado na prosperidade partilhada.

A conjugação do seu carácter excecional com a sua forma inovadora cria as condições para a existência de inseguranças nos Beneficiários na execução e materialização, que são alimentadas pela inexistência de Regulamentos e Orientações Técnicas, à imagem do que se passa com os restantes Fundos Europeus Estruturais de Investimento.

Reconhece-se, todavia, o esforço e o mérito da EMRP na produção de documentos de orientação bem como a disponibilidade, sempre demonstrada, para apoiar a ação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto na qualidade de beneficiárias intermediárias.

Mesmo tendo ocorrido algumas alterações normativas no sentido de desburocratizar o processo, na verdade sente-se que a burocracia ainda existente dificulta e torna moroso o processo, resultando daí entraves à Execução Física e Financeira do Investimento RE-C03-i06 – Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

À medida que se avança com a execução física e financeira dos investimentos, torna-se evidente que o mercado tem tido dificuldades em conseguir responder à procura de contratação pública espoletada pelos beneficiários finais, seja no que se refere a intervenções de natureza infraestrutural, seja também relativamente a projetos imateriais. Esta situação tem tido consequências negativas que se refletiram nas dificuldades sentidas na contratação de empreitadas e prestações de serviços e que se traduzem em atrasos na execução e no aumento dos custos inicialmente previstos.

Nesse sentido, o investimento Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas depara-se com alguns dos constrangimentos comuns a outros investimentos do PRR, nomeadamente:

- aumento do preço das aquisições de bens e serviços, com montantes adjudicados superiores aos montantes aprovados, com ónus para os beneficiários;
- aumento do custo nas obras e atrasos nos prazos de entrega;
- existência de concursos públicos vazios, que leva ao aumento dos preços base, necessidade de lançamento de novo procedimento e consequente atraso de execução;
- escassez de recursos humanos nas entidades envolvidas e de recursos especializados em matérias de fundos comunitários e controlo interno;
- dificuldades de acesso e utilização do sistema de informação do PRR, que tem condicionado a submissão de pedidos de pagamento e consequente execução financeira do investimento;

- dificuldades de tesouraria por parte das entidades envolvidas, em particular das que possuem uma situação financeira mais vulnerável, agravada pelos atrasos no reembolso das despesas;
- atraso na regulamentação do mecanismo de recuperação do iva e consequentemente na sua implementação.

Existem outros constrangimentos que se considera terem uma particular incidência neste investimento e que se prendem com:

- complexidade acrescida que decorre da existência de várias fases, uma multiplicidade de intervenções de natureza diversificada e pelo número de beneficiários finais;
- morosidade natural na contratualização das operações, com impacto na execução física e metas inicialmente contratualizadas;
- dificuldades em comunicar as realizações e resultados alcançados junto da sociedade civil, com necessidade de diversificação dos meios de comunicação utilizados;
- exigências em matéria de controlo de risco de fraude e corrupção, desajustadas à dimensão de algumas das entidades envolvidas, como é o caso das áreas metropolitanas, com elevado custo administrativo face à sua eficácia.
- ainda no que diz respeito às plataformas utilizadas quer pelo PRR quer pelo PT2020, a falta de interoperabilidade entre plataformas torna muito difícil, de modo célere e eficiente, verificar a existência ou não, de situações de duplo financiamento.

## 5.2. Medidas e soluções adotadas

Algumas soluções, que já deram e podem continuar a dar respostas no sentido de serem ser ultrapassados os constrangimentos identificados, podem incluir:

- emissão de orientações e diretivas uniformes e claras a todos os beneficiários (diretos, intermediários ou finais) relativamente a várias dúvidas suscitadas na execução física e financeira dos investimentos;
- existência de um regulamento geral com os normativos a aplicar de forma transversal;
- fortalecimento da coordenação entre as diferentes entidades envolvidas na elaboração e implementação do PRR para garantir a agilidade e eficácia no processo.
- para responder aos constrangimentos enfrentados a nível de capacidade de execução dos beneficiários finais, no que respeita à capacidade de execução técnica, as áreas metropolitanas têm feito um esforço significativo de capacitação dos BF, além de terem vindo a desenvolver mecanismos de proximidade e de apoio direto que respondam às suas necessidades e dúvidas concretas.
- as questões relacionadas com o mecanismo de recuperação do iva e sistema de informação do PRR, têm vindo a ser articuladas com a ERMP, encontrando-se em fase de resolução.



a. . .

. . m.

. l. .

área  
metropolitana  
de lisboa



As questões relacionadas com o mecanismo de recuperação do IVA e Sistema de Informação do PRR, têm vindo a ser articuladas com a ERMP, encontrando-se em fase de resolução.

É de realçar, neste contexto, a troca de experiência, de conhecimentos e a cooperação estabelecida ao longo da execução do investimento entre as estruturas, políticas e técnicas, das duas áreas metropolitanas. Esta cooperação aprofundada pela necessidade de ultrapassar problemas que se colocam no dia a dia, tem possibilitado a busca e a adoção de soluções conjuntas para constrangimentos, dúvidas e incertezas partilhadas pelas duas instituições.

São devidos por parte destas duas Áreas Metropolitanas, reconhecimento e agradecimento pela disponibilidade, empenho, comprometimento e capacidade técnica que a EMRP tem colocado à disposição da execução deste investimento, fator crucial que tem contribuído para ultrapassar os constrangimentos e as dificuldades sentidas ao longo deste processo complexo.

## 6. Medidas de divulgação e comunicação

### 6.1. Plano de comunicação

Considerando que 2022 e 2023 foram anos de arranque e início da implementação, a comunicação centrou-se na:

- apresentação dos subinvestimentos junto das UTL através da realização de reuniões ou constituição de grupos de trabalho específicos de acompanhamento;
- publicação e divulgação dos avisos de candidatura; e
- comunicação dos projetos aprovados.

Como suporte da comunicação dos investimentos, a **AML** desenvolveu um Plano de Comunicação que já está a implementar. O Plano define os objetivos e os conteúdos comunicacionais, faz a programação da comunicação, definindo meios e canais, públicos e mensagens.

Um dos principais vetores desta programação da comunicação baseia-se fortemente numa estratégia de marketing de conteúdos através das redes sociais designadamente o *Instagram*, *Facebook*, *Linkedin* e *Youtube*. Além deste vetor de marketing de conteúdos online, o Plano de comunicação propõe mais dois vetores de comunicação: um de marketing relacional, baseado em email marketing, e outro de marketing de eventos, com um forte componente de relações públicas.

A **AMP** com o objetivo de reforçar a ação de comunicação e disseminação, no cumprimento da obrigação que assumiu de promover as ações e os respetivos resultados, mediante a prestação de informação coerente, eficaz e proporcionada, dirigida a diferentes públicos, ainda durante o ano de 2023 iniciou as diligências que conduzirão a que durante o primeiro trimestre de 2024, tenha sido lançado um procedimento de contratação que permitiu a aquisição de serviços de assessoria e comunicação especializados de modo a robustecer e reforçar a atuação neste domínio.

Durante o ano de 2024 e 2025, será dada prioridade à comunicação externa dirigida às comunidades e ao público em geral, sendo privilegiada a disseminação dos resultados e as boas práticas numa lógica de replicação.

### 6.2. Ações implementadas

Entre as diversas iniciativas e atividades levadas a cabo com impacto na comunicação, destacam-se as seguintes.

#### Site

Publicação, nos sites das áreas metropolitanas, em página dedicada ao investimento, de toda a documentação de interesse, nomeadamente o Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas, os avisos de abertura de candidaturas, as orientações técnicas e legislação de interesse com ligação ao site da Recuperar Portugal.

## Redes Sociais

Ativação das redes sociais para a divulgação de todo o material informativo realizado, assim como as notícias sobre as atividades desenvolvidas.

## Eventos

Em termos de ações concretas destacam-se alguns eventos bastante significativos como:

- Área Metropolitana de Lisboa
  - sessão de apresentação do plano de intervenção realizada em novembro de 2022 em Odivelas;
  - encontro “Comunidades em Ação - Operações integradas metropolitanas” realizado em novembro de 2023 em Vila Franca Xira;
  - encontro “Comunidades em Ação - Operações integradas metropolitanas” realizado em setembro de 2023 em Lisboa.
- Área Metropolitana do Porto
  - sessão Pública que assinalou a aprovação do primeiro lote de candidaturas de operações individuais, em novembro de 2022 que contou com a presença do Senhor Primeiro-Ministro, que teve forte impacto na comunicação social.

## 7. Avaliação e monitorização

### 7.1. Avaliação

Até 31 dezembro de 2023, data de corte do presente relatório, estão cumpridos os **marcos 3.23 e 3.24** relativos, respetivamente, à aprovação de planos de ação para as comunidades desfavorecidas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e à assinatura do acordo entre as Áreas Metropolitanas e as 12 Unidades Técnicas Locais.

Com o cumprimento destes marcos deu-se início à execução das operações integradas dirigidas aos territórios de intervenção correspondentes a cada uma das UTL.

Foi elaborado o presente Relatório de acompanhamento de forma a dar **cumprimento até 30.06.2024 ao Marco 3.25**, o qual prevê a “Publicação de um relatório de acompanhamento pelas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa relativo às medidas tomadas em cada um dos 12 domínios de intervenção”. As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto têm vindo a atuar de forma concertada, tendo a proposta comum de estrutura de relatório sido validada pela EMRP e enformado o presente relatório.

### 7.2. Monitorização

Constitui matéria crítica assegurar que os procedimentos definidos para a execução, acompanhamento e controlo físico e financeiro das operações tenham por base um modelo que assegure a eficiência de gestão, simplificação e normalização dos processos e segregação das funções. A revisão do Sistema de Controlo Interno, por parte das duas Áreas Metropolitanas pretende corresponder a este imperativo, nomeadamente à necessidade de mitigação dos riscos de fraude, de corrupção, de conflito de interesses e de duplo financiamento.

Em 2023, foram realizadas diversas reuniões técnicas do Grupo de Trabalho Metropolitano para as Comunidades Desfavorecidas da AML para discussão dos procedimentos de execução, no que respeita à informação no âmbito dos processos de monitorização trimestral e pedidos de reprogramação bem como a análise e monitorização dos projetos críticos no âmbito das OIL.

Também a AMP realizou várias reuniões quer com cada UTL, quer quando solicitada com cada município ou coordenação das UTL para esclarecimento e informações sobre o processo de monitorização trimestral, no caso das UTL, ou semestral, no caso das operações individuais. As reuniões serviram ainda para transmitir orientações e apoio na resolução de constrangimentos que têm surgido ao longo da execução. É, ainda, de salientar a enorme proximidade com cada beneficiário com vista a rapidamente ultrapassar os problemas de execução ou as questões que vão surgindo.

Recolheu-se, em ambas as Áreas Metropolitanas, informação para monitorização trimestral do ponto de situação dos projetos através dos relatórios trimestrais de acompanhamento, apresentados pelas UTL, e dos relatórios semestrais das operações individuais, quando aplicável. Esta informação suporta a elaboração dos relatórios de progresso apresentados trimestralmente à EMRP.

Na sequência do Aditamento ao Contrato de Financiamento, e da obrigatoriedade que daí resultou de efetuar uma avaliação dos riscos de fraude, foi elaborado o Manual de Gestão do Risco e aprovado o Primeiro Relatório de Avaliação do Risco de Fraude, a 28 de dezembro, pela Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa.

A AMP, por seu turno, já tinha em vigor um SGC, aprovado em 2016 no âmbito da subdelegação de competências enquanto organismo intermédio do Norte2020. Este documento foi utilizado, com as devidas adaptações, até estar estabilizada uma versão revista dirigida ao investimento PRR.

Este documento integrava os seguintes componentes que o complementavam: i) O código de conduta da AMP; ii) a Estratégia Antifraude que contemplava, em anexo a avaliação de risco prevista na *Guidance for Member States and Programme Authorities on fraud risk assessment and effective and proportionate anti-fraud measures* (EGESIF\_14-0021-00, de 16/06/2014). iii) Plano de Gestão de Riscos e infrações conexas. Assim, também no caso da AMP, por força do Aditamento ao Contrato de Financiamento e da obrigatoriedade de efetuar uma avaliação dos riscos de fraude, foi elaborado o Manual de Gestão do Risco, foram iniciados os procedimentos com vista a dar cumprimento às obrigações nesta matéria e reforçado o SGCI que já se encontrava em revisão.

Entretanto, a AML e a AMP solicitaram a todos os BF o preenchimento do questionário declarativo do Duplo Financiamento, esperando concluir a respetiva análise no primeiro semestre de 2024.

## 8. Controlo

No âmbito das obrigações contratualizadas com a EMRP, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto têm vindo a adotar um conjunto de procedimentos e instrumentos, de modo a apoiar a gestão, execução e monitorização da Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas.

Neste contexto, foram elaborados ou adaptados os **Sistemas de Controlo Interno** das medidas do PRR contratualizadas com as áreas metropolitanas, que assentam numa estratégia antifraude, pela adoção de medidas eficazes e proporcionais, tendo em conta os riscos. Essa estratégia assenta ainda em três vetores: i. prevenção do risco, ii. deteção de casos suspeitos e iii. mecanismo de correção e reporte às autoridades.

Para alcançar os objetivos propostos as áreas metropolitanas dispõem de:

- uma “Declaração de Política Antifraude”, subscrita pelos respetivos Secretário(a) Metropolitano(a);
- o “Código de Ética” ou “Código de Conduta”, que integra modelos relativos à “Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses”, “Declaração de conflito de interesses”, “Comunicação de situação específica de não conformidade ou potencial fraude” e “Declaração de Aceitação do Código”.
- a “Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses”, conforme modelo disponibilizado pela EMRP, é o documento a subscrever por qualquer trabalhador(a) que desempenhe funções no âmbito do investimento.
- o “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”, que identifica, relativamente a cada área ou departamento, os riscos de corrupção e infrações conexas, as medidas adotadas para prevenir a sua ocorrência, a gestão dos conflitos de interesse e os responsáveis envolvidos na execução do plano.
- em conformidade com o Aditamento ao Contrato do Financiamento, foram elaboradas e formalmente aprovadas, as respetivas avaliações de risco de fraude, suportada em Manuais de Gestão e Avaliação do Risco de Fraude, contribuindo assim para reforçar os sistemas de controlo interno.
- as áreas metropolitanas preencheram e solicitaram o preenchimento por parte dos Beneficiários Finais de um questionário sobre o duplo financiamento. O questionário é considerado uma declaração de compromisso que integra as pertinentes informações sobre as fontes de financiamento do investimento contratualizado no âmbito do PRR, nomeadamente se o investimento é financiado exclusivamente pelo PRR, ou se existem outras fontes de financiamento.
- foi ainda efetuada a adesão à ferramenta ARACHNE, disponibilizada pela Comissão Europeia, para verificações adicionais respeitantes aos riscos de fraude, corrupção, conflitos de interesses e duplo financiamento. A utilização da ferramenta ARACHNE irá permitir aumentar a eficiência e a eficácia do sistema de controlo interno.
- as áreas metropolitanas foram ainda alvo de uma ação de follow-up no âmbito da 4ª análise sistemática do risco de duplo financiamento, em outubro de 2024.

A natureza dinâmica subjacente dos instrumentos e procedimentos criados, implica que os mesmos sejam periodicamente alvo de atualização, em função das alterações e melhorias que são introduzidas nos procedimentos do PRR, em resultado da sua gestão, das determinações e dos normativos comunitários e nacionais, bem como da decorrência de novas dinâmicas que venham a ser identificadas.

## 9. Próximos passos

Resulta claro do presente relatório, estão criadas as condições para que durante os anos de 2024 e 2025 se venha assistir a uma aceleração sustentada da execução física e financeira do investimento, contribuindo para mitigar eventuais os atrasos registados com o início da implementação das ações.

Neste contexto, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, enquanto Beneficiárias Intermediárias, necessariamente intensificarão o esforço de acompanhamento e monitorização da execução física e financeira da ação das UTL bem como dos Beneficiários finais na concretização das operações, prevendo assim vir a reforçar os recursos neste domínio.

Ainda durante 2024, resultante da necessidade de ajustamento à realidade e aos constrangimentos e acontecimentos supervenientes registados no âmbito da execução dos projetos, serão promovidos e efetuados ajustes ou reprogramações de operações individuais, sem comprometer as metas contratualizadas no âmbito do PRR.

No que toca à monitorização do investimento, será dada continuidade aos reportes trimestrais e de indicadores comuns, assim como recolha e compilação da informação necessária e fundamental para a elaboração dos relatórios de acompanhamento, de forma a dar cumprimento aos Marcos PRR.

Com as operações integradas e os projetos em plena execução, a ação das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto no domínio da comunicação externa, divulgação e disseminação dos resultados, intensificar-se-á durante o próximo ano ganhando uma relevância crucial para o sucesso e reconhecimento da intervenção. A propósito, importa registar que está prevista a apresentação, numa sessão pública conjunta, dos principais resultados que se apresentam neste relatório, que assinala o cumprimento do marco 3.25. Este evento juntará, no Porto, em 27 de junho, as duas Áreas Metropolitanas e os diferentes *stakeholders* envolvidos na implementação do investimento, desde os beneficiários finais, equipas técnicas e aos decisores políticos, por exemplo.

Manter a estreita articulação entre as duas áreas metropolitanas para partilha de desafios, constrangimentos e soluções, bem como planear estratégias de continuidade dos projetos no pós-PRR, encontrando fontes de financiamento e novas soluções de trabalho conjunto será um trabalho que se pretendemos manter e aprofundar.



a. . .

. . m. área  
. l. . metropolitana  
de lisboa



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU